



**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL, QUE
ENTRE SI CELEBRAM SHELL ENERGY DO BRASIL GÁS LTDA. E
COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG.**

Pelo presente instrumento,

SHELL ENERGY DO BRASIL GÁS LTDA., com endereço na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 330, 20º andar, sala 2001, Bloco 2, Centro, CEP 20.031-170, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.150.046/0001-97, autorizada pela ANP a atuar como Agente Comercializador de gás natural, por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominada **Vendedora**;

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1200, 7º andar, Santo Agostinho, CEP 30.190-924, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.261.473/0001-85, por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominada **Compradora**.

Vendedora e Compradora, quando referidas conjuntamente serão designadas como “Partes”, individualmente, como “Parte”.

CONSIDERANDO QUE:

- i. a Vendedora é uma comercializadora de Gás e possui acesso a portfólio de Gás e gás natural liquefeito de produção local e importado, de produtores do seu grupo econômico e de terceiros;
- ii. conforme disposto no parágrafo segundo do art. 25 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995, cabe aos Estados explorarem, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de distribuição de gás canalizado;
- iii. a Compradora é a concessionária exclusiva para exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado do Estado de Minas Gerais, conforme seu contrato de concessão (doravante “Contrato de Concessão”) celebrado entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a Compradora;
- iv. a Compradora realizou a 3ª Chamada Pública 2023 visando a compra de Gás e que a Vendedora apresentou proposta de fornecimento, nos termos que agora se firma, na referida Chamada Pública;
- v. a Vendedora se sagrou uma das vencedoras da Chamada Pública, de acordo com os termos do Regulamento para Contratação de Empresas Ofertantes de Suprimento de Gás para a Compradora;
- vi. a Vendedora deseja vender e disponibilizar Gás à Compradora e a Compradora deseja comprar o referido Gás na Modalidade Firme, nos termos e condições aqui estabelecidos;



- vii. nos termos das Resoluções ANP nº 52/2011 e 51/2013, a Vendedora está autorizada pela ANP a atuar como comercializadora de gás natural no território brasileiro, conforme publicação da Autorização SIM-ANP nº 896/2020 e como carregadora de gás natural na esfera de competência da União, conforme publicação da Autorização SIM-ANP nº 267/2021, e está registrada como agente vendedor de gás natural nos termos do Despacho nº 1.018/2020 (registro nº 03.33.35.00150046);
- viii. a Vendedora deseja vender Gás sendo remunerada pela Compradora e a Compradora deseja adquirir Gás remunerando a Vendedora; e
- ix. as regras acordadas pelas Partes neste Contrato foram estabelecidas com base nas condições econômicas atuais do mercado de gás natural;
- x. as Partes negociaram a compra e venda de Gás e declaram que estão de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato, bem como os seus anexos.

resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás ("Contrato"), que se regerá pela legislação aplicável, assim como pelos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA 1ª. OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto estabelecer os termos e condições que irão regular a comercialização do Gás entre as Partes, na Modalidade Firme, cuja entrega será feita pela Vendedora à Compradora, no(s) respectivo(s) Ponto(s) de Entrega, durante o Período de Fornecimento, mediante o pagamento do Preço, conforme especificado no Anexo 1 deste Contrato.

1.2 A Vendedora tem a obrigação de vender, registrar o contrato na ANP, conforme Resolução ANP nº 52/2011, e entregar o Gás no(s) Ponto(s) de Entrega; enquanto a Compradora tem a obrigação de comprar, pagar e retirar o Gás no(s) Ponto(s) de Entrega.

1.3 As Partes reconhecem que o presente Contrato considera o regime de contratação do transporte onde a Vendedora é responsável pela contratação da capacidade de entrada e saída do Sistema De Transporte para a entrega do Gás pela Vendedora e a retirada do Gás pela Compradora. A Compradora terá o direito de solicitar a alteração do regime de contratação do transporte a partir do próximo ano de fornecimento para que ela possa contratar diretamente a capacidade de saída do Sistema de Transporte, onde será destinatária da molécula de gás nos pontos de entrega, com o Transportador até o término do presente Contrato, observadas as seguintes condições:

1.3.1 A Compradora deverá notificar a Vendedora com pelo menos 180 (cento e oitenta) dias antes do início do próximo ano de fornecimento. As Partes deverão aditar o presente Contrato para refletir tal cenário, considerando os requisitos mínimos listados no Anexo 3.

1.3.2 Caso a Compradora solicite a alteração do regime de contratação do transporte para o ano corrente, as Partes se comprometem de boa-fé a ajustar os compromissos deste Contrato, nos termos do Anexo 3, mediante anuência prévia do Transportador e execução dos documentos apropriados do Sistema de Transporte, para refletir a nova dinâmica, desde que tais ajustes não gerem impactos financeiro, tributário e/ou regulatório para a Vendedora.

1.3.3 Para fins de esclarecimento, a alteração do regime de contratação do transporte não será efetiva até que as Partes aditem o presente Contrato.



1.3.4 Na hipótese da Compradora contratar diretamente a capacidade de saída do Sistema de Transporte, nos moldes desse item 1.3, caso o Gás seja revendido pela Compradora a qualquer outro carregador no Sistema de Transporte e a operação de venda escopo deste Contrato seja questionada pelas autoridades fiscalizadoras, a Compradora deverá fornecer toda documentação suporte para auxiliar a Vendedora a dirimir referido questionamento, se solicitado pela Vendedora, em prazo razoável de acordo com o estipulado pelas autoridades. Na hipótese de haver qualquer impacto financeiro, tributário e/ou regulatório para a Vendedora, esta repassará integralmente tais impactos comprovados para a Compradora, ainda que tal questionamento ocorra após a vigência deste Contrato, observados os prazos previstos na Legislação Aplicável.

1.4 Os termos e expressões utilizadas neste Contrato com iniciais maiúsculas serão interpretados conforme as definições atribuídas no Anexo 2 deste Contrato.

1.5 Os documentos abaixo relacionados integram e constituem parte inseparável do presente Contrato, prevalecendo, em caso de contradição, as disposições deste Contrato em relação às dos Anexos, que obedecerão a seguinte ordem de prevalência:

Anexo 1	Condições Comerciais
Anexo 2	Glossário de Definições
Anexo 3	Modelo de Carta Fiança

CLÁUSULA 2ª. CONDIÇÃO PRECEDENTE

2.1 Para todos os efeitos deste Contrato, será considerada a seguinte Condição Precedente:

2.1.1 Aquisição e eficácia por parte da Vendedora de capacidade de transporte no sistema de entrada e saída até o(s) Ponto(s) de Entrega;

2.2 Caso a Condição Precedente não tenha sido satisfeita até o dia 01 de fevereiro de 2024, as Partes reunir-se-ão a fim de discutir, de boa-fé, uma prorrogação do prazo para cumprimento da Condição Precedente, ou ainda um prazo mutuamente acordado para postergação da data de Início de Fornecimento em razão de atrasos no ambiente regulatório e/ou tributário para cumprimento da Condição Precedente, sendo certo que caso não cheguem a um acordo a respeito de tal prorrogação, a Vendedora poderá rescindir o Contrato de imediato e de pleno direito, sem qualquer responsabilidade para qualquer das Partes, mediante simples Notificação por escrito à outra Parte, ocasião em que cada Parte será responsável pelos próprios custos incorridos até então.

2.2.1 Caso até o dia 01 de fevereiro de 2024, ou, ainda, em prazo posterior cuja prorrogação tenha sido ajustada entre as Partes, as Partes não poderão rescindir o Contrato nos termos dispostos no item 2.2.

2.3 Durante o período entre a data de assinatura do Contrato e a data limite prevista no item 2.2, a Vendedora, deverá, de boa-fé, envidar os esforços comercialmente razoáveis para que tal Condição Precedente seja satisfeita e manterá a Compradora informadas das medidas tomadas e sobre os prazos de conclusão esperados.



2.4 As disposições deste Contrato somente produzirão efeitos para as Partes após o atendimento da Condição Precedente, exceto para os compromissos estabelecidos na Cláusula 2 (Condição Precedente) e para as disposições das Cláusulas 6 (Preço), 19 (Eventos de Inadimplemento), 20 (Resolução e Indenização), 23 (Confidencialidade), 24 (Obrigações Antissuborno, Anticorrupção e Antilavagem de Dinheiro), 25 (Legislação Aplicável e Resolução de Disputas), 26 (Notificações), 27 (Limitação de Responsabilidades), 29 (Disposições Gerais) e o Anexo 2 (Glossário), as quais produzem seus efeitos desde já.

CLÁUSULA 3ª. VIGÊNCIA, EFICÁCIA E INÍCIO DE FORNECIMENTO

3.1 Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá válido até a data do efetivo cumprimento pelas Partes de todas as obrigações, incluindo, mas não se limitando, o pagamento da fatura relativa ao último mês em que houver entrega das quantidades de Gás.

3.1.1 A eficácia do Contrato se dará a partir do cumprimento da Condição Precedente indicada na Cláusula 2.1 e o Início de Fornecimento ocorrerá a partir da data estipulada no Anexo 1, para todos os efeitos deste Contrato, desde que cumpridas a Condição Precedente.

3.2 Após o término do prazo de vigência do Contrato, permanecerão válidas as disposições relativas a incidências tributárias, Obrigações Antissuborno, Anticorrupção e Antilavagem de Dinheiro, Privacidade de Dados, Limitação de Responsabilidade, Resolução de Disputas, bem como as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução do Contrato.

CLÁUSULA 4ª. QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC)

4.1 A Quantidade Diária Contratual (QDC) de Gás a ser utilizada como referência em cada Período de Fornecimento será o estabelecido pelas Partes no Anexo 1 deste Contrato.

4.2 No caso de um ou mais Usuários Finais da Compradora optar(em) pela migração para a condição de Consumidor Livre, deixando assim de consumir o Gás regularmente fornecimento pela Compradora por meio deste Contrato e passar(em) a ser suprido(s) diretamente pela Vendedora, a QDC poderá ser reduzida, até o limite da Quantidade de Gás que o(s) Usuário(s) Final(is) que optou(aram) pela condição de consumidor livre tenha(m) deixado de consumir da Compradora e tenham passado a consumir e contratar da Vendedora, mediante a celebração de aditivo ao Contrato.

4.2.1 Caso a Compradora não envie notificação à Vendedora, solicitando a redução da QDC, permanecerão válidas (i) as QDCs pactuadas neste Contrato ou (ii) as QDCs ajustadas através de aditivos anteriores.

4.2.2 A redução na QDC de que trata o item 4.2 deverá ser requisitada por meio de Notificação da Compradora à Vendedora, contendo a comprovação mediante cópia das comunicações recebidas de seu(s) Usuário(s) Final(is), com as informações da migração. As Partes se comprometem a celebrar aditivo contratual para formalizar a redução da QDC no prazo de 120 (cento e vinte) Dias a contar da efetiva Notificação da Compradora à Vendedora acerca da migração do(s) Usuário(s) Final(is) da Compradora para o mercado livre cabendo à Compradora indicar a data da referida redução da QDC que deverá ser a mesma data da efetiva migração do Usuário Final.

4.2.3 A partir da data da efetiva migração do(s) Usuário(s) Final(is) da Compradora para o mercado livre e esse(s) Usuário(s) Final(is) passar(em) a consumir diretamente da Vendedora, as Partes estabelecem que os compromissos de retirada da Compradora considerarão a QDC com o volume reduzido.



4.2.4 Estando a Vendedora apta a celebrar o aditivo formalizando a redução da QDC, na hipótese de não celebração pela Compradora no prazo previsto no item 4.2.2, ou da não eficácia do referido aditivo neste mesmo prazo, desde que não tenha sido causado pela Vendedora, a redução do compromisso referido no item 4.2.3 será desconsiderada integralmente, sendo devido pela Compradora os compromissos de retirada da Compradora retroativamente até a data de assinatura do aditivo.

4.2.5 Caso a Compradora esteja apta a celebrar aditivo formalizando a redução de QDC, todavia a Vendedora não esteja apta a celebrar o aditivo no prazo previsto no item 4.2.2, a redução do compromisso referido no item 4.2.3 deverá ser mantida até que a Vendedora assine o referido aditivo.

4.3 No caso de um ou mais Usuário(s) Final(is) optar(em) pela migração para a condição de Consumidor Livre e passar(em) a ser suprido(s) diretamente por supridor que não possua contrato de compra e venda de gás natural celebrado com a Compradora, deixando assim de adquirir o Gás regularmente fornecido pela Compradora, a QDC deste Contrato poderá ser reduzida no máximo até a proporção da QDC deste Contrato em relação às quantidades diárias contratuais de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a Compradora detiver com a Vendedora e de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a Compradora detiver com outros produtores, importadores, supridores, carregadores ou comercializadores de gás natural, biometano e qualquer outro energético substituto no momento da referida redução, mediante solicitação e comprovação da Compradora à Vendedora da migração do Usuário Final para a condição de Consumidor Livre e a celebração de aditivo(s) contratual(is), observados os subitens abaixo.

4.3.1 Não poderão ocorrer reduções nas Quantidades Diárias Contratuais nos casos em que os Usuários Finais que optarem pela migração para a condição de Consumidor Livre venham a ser abastecidos por outros produtores, importadores, supridores ou comercializadores de gás natural com os quais a Compradora ou empresa Afiliada da Compradora já possua contrato de compra e venda de gás natural celebrado.

4.3.2 Poderão ocorrer reduções nas Quantidades Diárias Contratuais nos casos em que os Usuários Finais que optarem pela migração para a condição de Consumidor Livre venham a ser abastecidos por outros produtores, importadores, supridores ou comercializadores de gás natural que possuam relação de controle ou coligação com a Compradora, desde que não haja nenhum contrato de compra e venda de gás natural vigente entre a Compradora e outro supridor que possua condição de vedação para referida hipótese.

4.3.3 As reduções nas Quantidades Diárias Contratuais de que trata o item 4.3 deverão ser requisitadas por meio de Notificação da Compradora à Vendedora, contendo a comprovação da migração do(s) Usuário(s) Final(is) para a condição de Consumidor Livre, mediante envio de cópia das comunicações recebidas desse(s) Usuário(s) Final(is), com as informações referentes à migração. As Partes se comprometem a celebrar aditivos contratuais para formalizar as reduções da QDC no prazo de 120 (cento e vinte) Dias a contar da Notificação da Compradora à Vendedora acerca da migração do Usuário Final da Compradora para a condição de Consumidor Livre, cabendo à Compradora indicar a data da referida redução da QDC que deverá ser a mesma data da efetiva migração do Usuário Final.

4.3.4 Caso a Compradora não envie Notificação à Vendedora, permanecem válidas (i) as Quantidades Diárias Contratuais pactuadas neste Contrato ou (ii) as Quantidades Diárias Contratuais ajustadas por meio de aditivos anteriores.

4.4 No caso de um ou mais Usuário(s) Final(is) optar(em) pela migração para a condição de Consumidor Livre e passar(em) a ser suprido(s) diretamente por supridor que possua contrato de compra e venda de gás natural celebrado com a Compradora, que não seja a Vendedora, deixando assim de adquirir o Gás regularmente fornecido pela Compradora, a QDC deste Contrato não poderá ser reduzida.



CLÁUSULA 5ª. COMPROMISSOS DE RETIRADA

5.1 **Encargo de Capacidade (EC).** Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de Gás por Falha no Fornecimento ou Paradas Programadas, a Compradora obriga-se a, em cada Dia, adquirir e utilizar e, mesmo que não utilize, pagar à Vendedora, a título de Encargo de Capacidade (EC), conforme item 7.4, um custo associado à reserva de capacidade de transporte equivalente à 100% (cem por cento) da Quantidade Diária Contratual (QDC) no Dia.

5.1.1 Para fins de verificação do cumprimento da obrigação estabelecida no item 5.1, a eventual Capacidade Não Utilizada (CNU) pela Compradora no correspondente Dia será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$CNU = (Max (0; QDC - QN_{PP} - QN_{FF} - QDR))$$

Onde:

- i. “CNU” significa a quantidade de Gás referente à Capacidade Não Utilizada no correspondente Dia, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- ii. “QDC_j” significa a Quantidade Diária Contratual vigente no Dia;
- iii. “QN_{PP}” significa quantidade de Gás não retirada em decorrência de Paradas Programadas no respectivo Dia;
- iv. “QN_{FF}” significa a quantidade de Gás não retirada decorrente de Falha no Fornecimento no respectivo Dia;
- v. “QDR” significa Quantidade Diária Retirada no Dia no Ponto de Entrega.

5.1.2 Caso em determinado Mês seja identificada a existência de Capacidade Não Utilizada, na forma do item 5.1.1, a Compradora deverá pagar à Vendedora o montante previsto conforme item 7.4, correspondente ao Encargo de Capacidade (EC), sem prejuízo do disposto no item 7.2.

5.2 **Take or Pay (ToP).** Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de Gás por Falha no Fornecimento, Paradas Programadas ou Caso Fortuito ou Força Maior de qualquer Parte, a Compradora obriga-se a, em cada Mês, adquirir e retirar e, mesmo que não retire, pagar à Vendedora, a título de Take or Pay (ToP), conforme item 7.5, uma quantidade de Gás que, em cada Mês, seja igual a 90% (noventa por cento) da Quantidade Diária Contratual (QDC).

5.2.1 A apuração de Quantidade Não Retirada (QNR) no Mês, para verificação do cumprimento da obrigação do compromisso de Take or Pay (ToP) pela Compradora, será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNR_{ToP} = \left(0,90 \times \sum_{j=1}^M QDC_j \right) - (QN_{PP} + QN_{FF} + QN_{FM}) - \left(\sum_{j=1}^M QDR_j \right)$$

Onde:

- i. “QNR_{ToP}” significa a Quantidade Não Retirada de Gás no correspondente Mês, para fins de Take or Pay (ToP), sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- ii. “QDC_j” significa a Quantidade Diária Contratual vigente no Dia “j”;



- iii. " QN_{PP} " significa quantidade de Gás não retirada em decorrência de Paradas Programadas no respectivo Mês;
- iv. " QN_{FF} " significa a quantidade de Gás não retirada decorrente de Falha no Fornecimento no respectivo Mês;
- v. " QN_{FM} " significa a quantidade de Gás não retirada decorrente de Caso Fortuito ou Força Maior no respectivo Mês;
- vi. " QDR_j " significa a Quantidade Diária Retirada no Dia "j" em todos o(s) Ponto(s) de Entrega.
- vii. "M" significa o número de Dias do correspondente Mês;
- viii. "j" significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

5.2.2 Caso em determinado Mês seja identificada a existência de Quantidades Não Retiradas (QNR), na forma do item 5.2.1, a Compradora deverá pagar à Vendedora o montante previsto conforme item 7.5, correspondente ao Take or Pay sem prejuízo do disposto no item 7.2.

CLÁUSULA 6ª. PREÇO

6.1 O Preço do Gás (PG) a ser pago pela Compradora está definido no Anexo 1 deste Contrato para cada Período de Fornecimento.

6.2 A Parcela de Molécula (PM), expressa em R\$/MMBtu, está definida no Anexo 1 deste Contrato para cada Período de Fornecimento.

6.3 A Parcela de Transporte (PT) praticada neste Contrato está definida no Anexo 1 deste Contrato representa a tarifa total referente à contratação de capacidade de transporte, desde a zona de entrada em Cabiúnas, Macaé-RJ, conforme portfólio da Vendedora, até a zona de saída do Ponto de Entrega previsto no Anexo 1 deste Contrato.

6.4 As Partes reconhecem que a definição da Parcela de Transporte (PT) prevista no Anexo 1 deste Contrato reflete as condições vigentes do contrato de transporte a ser firmado pela Vendedora com o Transportador para atendimento deste Contrato. Em caso de mudanças nas condições ou alteração na estrutura das tarifas de transporte, que possa impactar o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, as Partes de boa-fé, ajustarão este Contrato mediante celebração formal de aditamento contratual.

6.5 Caso em determinado Dia, a Quantidade Diária Retirada (QDR) seja superior à 105% (cento e cinco por cento) da Quantidade Diária Contratual (QDC), a quantidade de Gás que ultrapassar esse limite será faturada com base no Preço do Gás de Ultrapassagem (PGU).

6.6 Caso em determinado Dia, a Vendedora aceite uma Quantidade Diária Solicitada superior à Quantidade Diária Contratual, a quantidade de Gás retirada que ultrapassar 105% (cento e cinco por cento) da Quantidade Diária Programada, será faturada com base no Preço do Gás de Ultrapassagem (PGU).

6.7 Os Preços do Gás (PG) não incluem quaisquer Tributos existentes, devidos em decorrência direta deste Contrato ou de sua execução, os quais serão considerados no valor total faturado por ocasião do faturamento.

6.8 Para os cálculos dos Preços do Gás (PG), em R\$/MMBtu (reais por milhão de BTU), as Condições de Referência, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços, parcelas, coeficientes e índices serão calculados com Arredondamento em 04 (quatro) casas decimais.



CLÁUSULA 7ª. FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1 O fornecimento de Gás, assim como quaisquer valores devidos por qualquer Parte no âmbito do presente Contrato, será faturado mensalmente, após o correspondente Mês a que se reflita, através da emissão dos respectivos Documentos de Cobrança, ou seja, o Período de Faturamento será o período compreendido entre o dia primeiro e último dia do Mês calendário onde ocorreu o fornecimento do Gás.

7.1.1 Os Documentos de Cobrança relativos à transferência de titularidade de moléculas utilizarão como unidade tributária de energia (MMBtu).

7.2 **Faturamento Regular do Gás.** Pelo fornecimento de Gás em um dado Período de Faturamento, o valor do faturamento regular será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FAT = \left(PG \times \sum_{j=1}^N QDR_j \right) + \left(PGU \times \sum_{j=1}^N QDRU_j \right)$$

Onde:

- i. “FAT” significa o valor do faturamento regular pelo fornecimento do Gás, a ser pago pela Compradora, na forma prevista neste Contrato;
- ii. “PG” significa o Preço do Gás referente ao Período de Faturamento, acrescido dos Tributos aplicáveis;
- iii. “QDR” significa a Quantidade Diária Retirada no dia “j”, até o limite de 105% (cento e cinco por cento) da Quantidade Diária Contratual ou da Quantidade Diária Programada, conforme o caso;
- iv. “PGU” significa o Preço de Gás de Ultrapassagem no último Dia do Período de Faturamento, acrescido dos Tributos aplicáveis;
- v. “QDRU_j” é a Quantidade Diária Retirada no Dia “j”, acima do volume de 105% (cento e cinco por cento) da Quantidade Diária Contratual ou da Quantidade Diária Programada, conforme o caso;
- vi. “N” significa o número de Dias do Período de Faturamento;
- vii. “j” significa o j-ésimo Dia do Período de Faturamento.

7.4 **Encargo de Capacidade (EC).** O valor do Encargo de Capacidade (EC) devido pela Compradora à Vendedora, exclusivamente, em razão dos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do Gás disponibilizada à Compradora, caso seja verificada Capacidade Não Utilizada (CNU) em determinado Mês, na forma do item 5.1.1, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{EC} = \sum_i CNU_i \times PT$$

Onde:

- i. “FAT_{EC}” significa o valor a ser pago de Encargo de Capacidade pela Compradora à Vendedora;
- ii. “CNU_i” significa a Capacidade Não Utilizada no Mês para o a entrega de gás no Ponto de Entrega;



- iii. “PT” significa a Parcela de Transporte conforme indicado na Cláusula 6.3, expresso em R\$/MMBtu com Arredondamento na quarta casa decimal.

7.4.1 Será emitido Documento de Cobrança referente ao Encargo de Capacidade (EC) da devido pela Compradora, no qual serão incluídos os Tributos devidos.

7.4.2 A Compradora não fará jus a nenhum tipo de recuperação e/ou crédito pelo pagamento à Vendedora do Encargo de Capacidade.

7.5 **Take or Pay (ToP).** O valor a ser pago a título de Take or Pay (ToP) pela Compradora à Vendedora caso seja apurada Quantidade Não Retirada (QNR) em determinado Mês, na forma do item 5.2.1, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{ToPDiário} = QNR_{ToP} \times PM$$

Onde:

- i. “ $FAT_{ToPDiário}$ ” significa o valor a ser pago de Take or Pay pela Compradora à Vendedora, em razão do não cumprimento do compromisso de Take or Pay (ToP);
- ii. “ QNR_{ToP} ” significa a Quantidade Não Retirada no Mês, apurada no item 5.2.1 deste Contrato;
- iii. “PM” significa a Parcela de Molécula, expressa em R\$/MMBtu, com Arredondamento na quarta casa decimal, definida conforme Anexo 1.

7.5.1 Será emitido Documento de Cobrança referente ao Take or Pay (ToP) devido pela Compradora, no qual serão incluídos os Tributos devidos.

7.5.2 A Compradora não fará jus a nenhum tipo de recuperação e/ou crédito pelo pagamento à Vendedora do Take or Pay (ToP).

7.6 O faturamento e o vencimento dos Documentos de Cobrança observarão as datas especificadas no Anexo 1 deste Contrato.

7.6.1 Serão incluídos nos Documentos de Cobrança os Tributos e encargos devidos em decorrência direta do Contrato ou de sua execução.

7.6.2 Os Documentos de Cobrança emitidos pela Vendedora deverão ser apresentados nos formatos xml e pdf conjuntamente com os demonstrativos de cálculo no formato de planilha eletrônica.

7.7 Os pagamentos mencionados nos itens desta Cláusula deverão ser efetuados, em reais, por crédito em conta corrente bancária a ser indicada pela Vendedora, por meio de transferência eletrônica disponível – TED, ou, ainda, mediante cobrança bancária ou outro mecanismo a critério da Vendedora.

7.8 Na hipótese de eventuais ajustes dos Documentos de Cobrança, as Partes deverão acordar previamente os prazos e procedimentos de correção, observado o disposto na legislação tributária vigente e os seguintes pontos abaixo:

- i. Em caso de ajuste a maior de preço e/ou volume, a Vendedora deverá emitir a(s) nota(s) complementar(es).
- ii. Em caso de ajuste a menor de preço e/ou volume, a Compradora deverá emitir a(s) nota(s) de devolução simbólica.



7.9 Os Documentos de Crédito, quando aplicáveis, deverão ser emitidos pela Vendedora no mesmo prazo para emissão dos Documentos de Cobrança regulares e deverão ser utilizados para abatimentos quando do pagamento de Documentos de Cobrança, observada o item 7.14.

7.10 Os pagamentos devidos pela Compradora à Vendedora deverão ser efetuados livres de quaisquer ônus e deduções não autorizadas, e eventuais despesas financeiras decorrentes dos referidos pagamentos correrão por conta da Compradora.

7.11 Caso as datas de vencimento previstas no Anexo 1 não coincidam com um Dia Útil, o pagamento deverá ser efetuado pela Compradora no primeiro Dia Útil subsequente.

7.12 Em caso de apresentação dos Documentos de Cobrança com atraso ao prazo previsto no Anexo 1, a data de vencimento será prorrogada pelo mesmo número de Dias Úteis do respectivo atraso, exceto quando o atraso decorrer de culpa da Compradora.

7.13 No caso de atraso no pagamento de qualquer soma decorrente das cobranças emitidas com base no Contrato, sobre os valores das importâncias devidas incidirão (i) multa de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, com Arredondamento em 4 (quatro) casas decimais, desde a data de vencimento da respectiva fatura até a data do efetivo pagamento, sendo todos os valores atualizados monetariamente, na menor periodicidade permitida por lei, com base na variação do IGP-M, desde que tal variação seja positiva.

7.14 Os valores líquidos e certos devidos de uma Parte à outra, provenientes dos Documentos de Cobrança e Documentos de Crédito deste Contrato, que tiverem a mesma data de vencimento, serão compensados, sem prejuízo dos correspondentes lançamentos contábeis.

7.15 Caso, em relação aos Documentos de Cobrança e Documentos de Crédito, existam montantes em relação aos quais a Compradora tenha questionado a respectiva certeza e liquidez, a Compradora, independentemente do questionamento apresentado por escrito à Vendedora, deverá, na data correspondente ao vencimento dos Documentos de Cobrança, efetuar o pagamento integral da Documentos de Cobrança sem qualquer direito à retenção, sob pena de, em não o fazendo, ficar caracterizado de pleno direito o seu inadimplimento.

7.15.1 No prazo de 10 (dez) Dias Úteis da data do recebimento da notificação com o questionamento da Compradora, a Vendedora deverá manifestar-se sobre o valor alegado indevido. Na hipótese da Vendedora concordar que o valor cobrado foi indevido, esta deverá depositar o valor cobrado indevidamente, mediante nota de débito ou crédito, no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da manifestação acima mencionada, em conta corrente indicada pela Compradora, corrigido pela variação acumulada do IGP-M da data do pagamento pela Compradora até a data de sua devolução, desde que tal variação seja positiva.

7.16 Em caso de controvérsia sobre importância já paga, a Notificação poderá ser enviada em até 30 (trinta) Dias subsequentes àquele correspondente ao Período de Faturamento, observado o disposto no item 7.15.1. Após esse prazo, Notificações quanto às divergências de faturamento não serão consideradas.

CLÁUSULA 8ª. TRIBUTAÇÃO

8.1 Os Tributos de qualquer natureza que sejam devidos em decorrência direta deste Contrato, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso.

8.1.1 Os Tributos devidos em decorrência direta da execução deste Contrato serão incluídos no valor total do Documento de Cobrança por ocasião do faturamento.



8.1.2 Não se entende como Tributos devidos em decorrência direta da execução deste Contrato aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela Vendedora, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, contribuições previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros, além de novos tributos corporativos que venham a ser instituídos ou sejam criados em substituição aos atualmente existentes.

8.1.3 A Compradora, quando obrigada pela legislação vigente a reter Tributos na fonte, irá descontar e recolher os Tributos dos pagamentos feitos à Vendedora nos prazos e condições previstos na legislação tributária, não tendo a Vendedora direito à majoração da base de cálculo ou à revisão mencionada no item 8.2.

8.2 Se durante a vigência deste Contrato ocorrer a criação de novos Tributos, a alteração de alíquotas e/ou adicionais de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, a extinção de Tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou limitação destes benefícios fiscais e/ou a isenção ou redução de Tributos ou ainda forem criadas vedações ao aproveitamento de créditos e/ou obrigatoriedade de estorno de créditos de Tributos apurados com técnica da não cumulatividade, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da Vendedora, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, mediante Notificação prévia, a diferença decorrente das respectivas alterações.

8.3 O valor faturado será revisto, quando cabível, mediante assinatura de termo aditivo com vistas a expurgar o valor do Tributo indevido, nos casos em que qualquer Tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro da Economia, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) ou em processos com repercussão geral reconhecida; (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal ou (vi) destinação da venda a segmento de mercado com tributação favorecida, mediante apresentação de documentação comprobatória pela Compradora à Vendedora, que analisará, e por ser responsável pelo recolhimento do Tributo, exigirá uma carta conforto para aplicação de tal benefício, podendo optar por não aplicar eventuais incentivos fiscais quando da emissão da fatura, mediante apresentação de justificativa.

8.4 Se a Vendedora for autuada por ter aplicado algum dos tributos incidentes sobre este Contrato em valor inferior ao devido, a Vendedora procederá, de forma diligente, à sua defesa e, não logrando êxito, comunicará à Compradora sobre o resultado do procedimento fiscal e realizará a cobrança dos valores do referido tributo, sem penalidades ou encargos, no momento em que efetuar a quitação perante a autoridade fiscal.

8.5 Caso ocorram erros (i) de medição do volume; (ii) de alocação; e (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do Gás, que venham acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias, imputados a qualquer das Partes pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela Parte que comprovadamente houver dado causa ao equívoco, por meio de Documento de Cobrança emitido nos termos da legislação.

8.6 Se a Vendedora constatar que algum dos tributos devidos em decorrência direta deste Contrato foi aplicado, equivocadamente, em valor inferior ao devido, o valor do respectivo Tributo, sem penalidades ou encargos, será cobrado da Compradora mediante emissão de notas fiscais complementares, tal como previsto na legislação aplicável. Em sentido oposto, se restar constatado que, por ocasião da emissão do Documento de Cobrança, a Vendedora aplicou algum tributo devido em decorrência direta deste contrato em valor superior ao devido, os valores indevidamente cobrados serão compensados, desde que a Compradora apresente a documentação solicitada, em especial a declaração de não aproveitamento de créditos.



8.7 As Partes devem se manter cadastradas, vinculadas e/ou credenciadas, durante toda a vigência deste Contrato, ao Ajuste SINIEF 03/2018, nos termos da sua cláusula primeira, §3º, ou a qualquer ato normativo que venha a substituí-lo ou conceder tratamento diferenciado às obrigações tributárias relacionadas às operações de circulação e prestações de serviço de transporte de gás natural por meio de gasoduto e cuja fruição do tratamento diferenciado também exija a adesão, vinculação ou credenciamento das partes, conforme aplicável. Caso uma das partes se recuse a realizar ou deixe de ter o credenciamento ao Ajuste SINIEF 03/2018, deverá arcar com todo o custo tributário que couber à Vendedora em decorrência desse fato.

8.8 As Partes se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) dias contados do envio da Notificação realizada pela outra Parte, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência salvo se a intimação fiscal determinar prazo inferior, inclusive os necessários para a recuperação de Tributos recolhidos indevidamente.

8.9 As Partes fornecerão todos os documentos que se fizerem necessários para evitar os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidária da outra Parte, bem como de eventual responsabilidade decorrente de substituição tributária, previstas na legislação tributária, sob pena de sofrer a compensação, na primeira oportunidade, do valor dos Tributos, encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias eventualmente incidentes.

8.10 Sem prejuízo do disposto no item acima, as Partes deverão cumprir com as obrigações tributárias principais e/ou acessórias. Caso uma das Partes dê causa a eventuais encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias, que recaiam sobre a outra Parte, a Parte que deu causa compromete-se a assumir o ônus em caso de eventual questionamento e/ou penalidade imputada pelo Fisco, mantendo a outra Parte indene.

CLÁUSULA 9ª. GARANTIA

9.1 As Partes acordam que para esse Contrato está dispensada a apresentação de Garantia, observado o item 9.2 abaixo.

9.2 Sem prejuízo do disposto acima, a Compradora deverá encaminhar à Vendedora, por escrito, até 30 de abril de cada ano de fornecimento, cópia das suas demonstrações financeiras consolidadas dos 02 (dois) últimos anos calendário, auditadas com parecer de auditoria independente, além das suas demonstrações financeiras, não necessariamente auditadas, do último trimestre do ano em curso, se aplicável. Em todos os casos, as demonstrações financeiras deverão ser para o período contábil mais recente e preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos, normas internacionais de relatórios financeiros ou outros princípios em vigor. A Vendedora irá analisar os documentos e, de acordo com o resultado da análise de crédito da Vendedora, informará à Compradora, mediante Notificação, a manutenção do disposto no item 9.1 acima ou a necessidade de apresentação de Garantia pela Compradora.

9.2.1 Em caso de necessidade de apresentação de Garantia, a Compradora deverá apresentar Garantia à Vendedora, emitida por uma instituição de primeira linha, aprovada pela Vendedora conforme item 9.3.2, e na modalidade, valores e condições estipulados pela Vendedora. A Compradora deverá apresentar a Garantia, dentro de 30 (trinta) Dias contados do recebimento da manifestação da Vendedora, considerando o modelo disposto no Anexo 3.

9.3 A Compradora deverá entregar Garantia à Vendedora, até o prazo máximo indicado no item 9.2.1, em garantia ao pagamento e fiel cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, sob pena de rescisão contratual, a exclusivo critério da Vendedora, mediante envio de notificação simples, não necessitando de qualquer outro documento ou ato judicial ou extrajudicial para sua realização, observado, ainda, a aplicação do disposto na Cláusula 19.



9.3.2 No prazo de até 15 (quinze) Dias antes da emissão da Garantia, a Compradora deverá indicar a instituição que irá emitir a Garantia, observadas as condições indicadas pela Vendedora, bem como encaminhar a minuta da Garantia para avaliação e aprovação da Vendedora, de acordo com seus próprios procedimentos e políticas.

9.3.3 No caso da modalidade carta fiança bancária, a instituição financeira a emitir a Garantia deve ser autorizada pelo Banco Central e ter patrimônio líquido mínimo de R\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais), a qual deverá observar o disposto no Anexo 3.

9.4 Não apresentada a Garantia, caso a Vendedora não opte pela extinção contratual na forma da Cláusula 19, esta não ficará obrigada a efetuar a entrega do Gás em favor da Compradora até que a Garantia seja apresentada, o que não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias contados do Início Do Fornecimento, ficando isenta a Vendedora, desde já, de qualquer responsabilidade, penalidade ou quaisquer outros ônus neste sentido, facultada à Vendedora, nos termos da Cláusula 19, a rescisão contratual.

9.5 A Garantia prestada deverá ser válida conforme prazos estabelecidos pela Vendedora, assim como será renovada, conforme o caso e se aplicável, facultando à Vendedora, em caso de invalidade da Garantia, a rescisão deste Contrato, nos termos das Cláusulas 19 e 20, observado o disposto no item 19.2 sobre o período de cura da inadimplência da Compradora.

9.6 Caso a Garantia se torne inválida ou caso ocorra a declaração de falência, deferimento de recuperação judicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de terceiro garantidor, a Compradora deverá substituir a Garantia por outro terceiro garantidor que atenda aos critérios estabelecidos nesta Cláusula, em até 05 (cinco) Dias Úteis, contados a partir da data de recebimento da Notificação.

9.7 Caso a Garantia seja executada, a Vendedora deverá notificar a Compradora para recompor o valor original da Garantia, dentro de 05 (cinco) Dias Úteis, contados a partir da data de recebimento da Notificação.

CLÁUSULA 10ª. PROGRAMAÇÃO, NOMINAÇÃO E ALOCAÇÃO

10.1 A Compradora enviará mensalmente, com até 10 (dez) Dias de antecedência ao início de cada Mês, Notificação contendo as estimativas de Quantidades Diária Solicitadas (QDS) para o Mês em referência e para os 02 (dois) Meses subsequentes, por Ponto de Entrega, observado o disposto no Anexo 1 deste Contrato, e considerando a obrigação da Vendedora de aceite da QDS como QDP até o limite da QDC, salvo em situações de Parada Programada e/ou Caso Fortuito ou Força Maior da Vendedora.

10.1.1 Para o primeiro Mês, a Notificação de que trata o item 10.1 será enviada com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência ao Início de Fornecimento.

10.2 A Compradora poderá solicitar alteração das Quantidades Diárias Solicitadas (QDS) à Vendedora até às 12:00 (doze horas) do Dia anterior ao Dia do fornecimento. A não comunicação implicará o estabelecimento da Quantidade Diária Programada (QDP) considerando as últimas QDS válida informada como referência, nos termos dos itens 10.1.

10.2.1 Excetuadas as hipóteses de Parada Programada, Caso Fortuito ou Força Maior e Falha no Fornecimento, a Compradora deverá garantir a Quantidade Diária Retirada (QDR) sempre igual a Quantidade Diária Programada (QDP).

10.3 De acordo com as Quantidades Diárias Solicitadas (QDS) pela Compradora e com a disponibilidade do Gás, a Vendedora efetuará a programação da entrega, indicando as Quantidades Diárias Programadas (QDP).



10.3.1 Excetuadas as hipóteses de Parada Programada e Caso Fortuito ou Força Maior, a Vendedora deverá garantir a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) sempre igual à Quantidade Diária Solicitada (QDS), desde que a Quantidade Diária Solicitada (QDS) tenha sido igual ou superior a 90% (noventa por cento) da Quantidade Diária Contratual (QDC).

10.3.2 Se a Compradora solicitar QDS acima da QDC, caso a Vendedora tenha disponibilidade do Gás, o volume adicional será considerado na QDP. Sendo certo que, a Vendedora poderá, a seu exclusivo critério, confirmar parcialmente como parte da QDP uma parcela dos volumes solicitados como QDS acima da QDC, formalizando então a QDP que vigorará no Dia do fornecimento.

10.3.2.1 Caso a Vendedora não confirme os valores de QDS solicitados acima da QDC como QDP, quer seja de forma integral, quer seja de forma parcial, conforme item 10.3.2, fica desde já determinado que tal recusa não configurará Falha de Fornecimento.

10.4 A Quantidade Diária Programada (QDP) deverá ser estabelecidas pela Vendedora, no Dia anterior ao Dia do fornecimento, mediante envio de Notificação à Compradora, até às 14:30h (quatorze horas e trinta minutos), observadas as condições estabelecidas nos itens 10.3, 10.3.1, 10.3.2 e 10.3.2.1.

10.4.1 Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da Quantidade Diária Programada (QDP) em determinado Dia, a Vendedora enviará Notificação comunicando o fato à Compradora, sem que tal Notificação descaracterize a Falha no Fornecimento, excetuadas as hipóteses de Caso Fortuito ou Força Maior ou restrições no Sistema de Transporte.

10.5 Sempre que possível, a Vendedora adotará os seguintes critérios para definição da Quantidade Diária Disponibilizada (QDD):

a. Quando se registrar em determinado Ponto de Entrega, durante todo o Dia, Pressões de Fornecimento maiores ou iguais à Pressão Mínima de Fornecimento e não houver restrições no fornecimento de Gás Notificadas pela Vendedora à Compradora, a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) será a maior entre:

- (a.1) a soma das Quantidades Diárias Programadas (QDP); ou
- (a.2) a soma das Quantidades Diárias Retiradas (QDR).

b. Quando se registrar em determinado Ponto de Entrega, durante todo o Dia, Pressões de Fornecimento menores que a Pressão Mínima de Fornecimento ou quando houver restrição no fornecimento de Gás Notificada pela Vendedora à Compradora, a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) será igual à soma das Quantidades Diárias Retiradas (QDR).

c. Caso a Compradora opte por receber qualquer Quantidade de Gás Desconforme, a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) será a maior entre:

- (c.1) a nova Quantidade Diária Programada (QDP) Notificada pela Compradora; ou
- (c.2) a Quantidade Diária Retirada (QDR).

d. Para a apuração da Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) aplica-se o disposto no item 10.5 (a), nas situações em que houver queda de pressão abaixo da Pressão Mínima de Fornecimento:

- (d.1) pelo fato da Compradora ou qualquer usuário do Gás, apontado pela Transportadora, ter sido parte determinante para tal ocorrência;



(d.2) para realização da atividade de Calibração do Sistema de Medição e dos equipamentos de segurança e controle, no Ponto de Entrega, em que sejam atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: (1ª) a Compradora tenha sido Notificada previamente sobre a realização da Calibração; (2ª) a queda de pressão não exceda a 15 (quinze) minutos; e (3ª) não haja prejuízo efetivo e comprovado ao consumo do Gás.

10.6 A Compradora poderá requisitar a alteração da QDS para determinado Dia até às 10:00h (dez horas) do Dia de fornecimento mediante envio de Notificação à Vendedora, sendo certo que, a conversão da nova QDS em QDP estará condicionada ao aceite pela Vendedora. Caso a Vendedora não aceite, fica desde já determinado como QDP a última confirmada pela Vendedora nos termos do item 10.4.

10.7 As Partes reconhecem que a entrega do Gás pela Vendedora e a retirada do Gás pela Compradora ocorrerá também através do Sistema de Transporte, operado por agentes independentes e que, portanto, as disposições desta Cláusula 10ª (Programação, Nominção e Alocação) poderão ser revistas em caso de alteração das regras operacionais vigentes.

CLÁUSULA 11ª. ESTAÇÕES DE ENTREGA E PONTOS DE ENTREGA

11.1 Os Pontos de Entrega estão listados no Anexo 1 deste Contrato.

11.2 Fica estabelecido que a medição será realizada no Sistema de Medição de propriedade da Vendedora ou de seus contratados, localizado em cada Estação de Entrega.

11.3 A transferência de propriedade do Gás da Vendedora à Compradora ocorrerá no flange imediatamente a jusante do Sistema de Medição dos respectivos Pontos de Entrega definidos no Anexo 1 deste Contrato considerando o limite físico de responsabilidade, ou limite de bateria, das instalações físicas da Distribuidora e do Transportador.

11.4 Todos os riscos de perda de gás (i) a montante do Ponto de Entrega serão de responsabilidade da Vendedora, e (ii) a jusante do Ponto de Entrega serão de responsabilidade da Compradora.

11.5 Caso qualquer das Partes identifique o potencial uso de um Ponto de Entrega não incluído nesta Cláusula 11ª, as Partes desde já concordam em aditar este Contrato a fim de incluir esse novo Ponto de Entrega como parte da lista daqueles indicados para cômputo diário de volumes comercializados entre as Partes.

CLÁUSULA 12ª. CONDIÇÕES DE ENTREGA

12.1 O Gás será disponibilizado pela Vendedora à Compradora nos Pontos de Entrega, atendendo às Condições de Entrega que estão definidas nesta Cláusula e às especificações de Qualidade do Gás.

12.2 As Condições de Entrega em cada Estação de Entrega são apresentadas no Anexo 1, onde as vazões são expressas nas Condições Base.

12.3 As Pressões de Fornecimento são as estabelecidas no contrato a ser firmado com o transportador para atendimento deste Contrato e no Anexo 1 deste Contrato.

12.4 A Pressão de Fornecimento não poderá exceder em nenhuma hipótese a Pressão Limite de Fornecimento.

12.4.1 Ocorrendo falhas nos equipamentos de regulação de pressão da Estação de Entrega, a Pressão de Fornecimento poderá ser superior à Pressão Máxima de Fornecimento, pelo prazo necessário para o acionamento da válvula de bloqueio automático (*shut-off*), ou correção da falha, o que ocorrer primeiro, sendo o limite da Pressão de Fornecimento, nestas condições, a Pressão Limite de Fornecimento.



12.4.2 A Compradora confirma que suas linhas diretamente ligadas aos Pontos de Entrega estão aptas, homologadas e licenciadas para suportar pressões até o valor definido na Pressão Limite de Fornecimento, conforme definem as normas nacionais e internacionais de gasodutos.

12.4.3 Na eventualidade da Pressão Limite de Fornecimento das linhas da Compradora sofrerem alguma alteração, a Compradora deverá enviar imediatamente Notificação à Vendedora. Nesse caso, a Vendedora poderá unilateralmente considerar condições diversas das regidas por esta Cláusula para a entrega do Gás até que seja negociado um termo aditivo que definirá as novas Condições de Entrega.

12.4.4 Nas hipóteses em que a Pressão de Fornecimento seja superior à Pressão Máxima de Fornecimento e inferior à Pressão Limite de Fornecimento, a Compradora será responsável por qualquer dano ou prejuízo causado aos seus equipamentos, em decorrência do fornecimento de Gás em pressão superior à Pressão Máxima de Fornecimento.

12.4.5 Nas hipóteses em que a Pressão de Fornecimento seja superior à Pressão Limite de Fornecimento, a Vendedora será responsável pelos danos diretos, excluindo-se os danos indiretos e lucros cessantes, comprovadamente causados aos equipamentos da Compradora, em decorrência do fornecimento de Gás acima da Pressão Limite de Fornecimento.

12.4.6 Em situações de contingência, a Compradora deverá enviar Notificação à Vendedora informando a respeito desta ocorrência.

12.5 As vazões de fornecimento e as Quantidades Diárias Máximas Contratadas por Ponto de Entrega (QDM) são as estabelecidas no contrato a ser firmado com o transportador para atendimento deste Contrato e no Anexo 1 deste Contrato.

12.5.1 A Vazão Máxima Instantânea, expressa em m^3/h (Metro Cúbico por hora), em cada Ponto de Entrega, será igual à menor entre as seguintes: (i) 110% (cento e dez por cento) da QDP em cada Ponto de Entrega, conforme expresso na tabela do Anexo 1, dividida por 24 (vinte e quatro) horas; ou (ii) a vazão máxima do Ponto de Entrega, nas Condições Base, conforme definido nas tabelas constantes no Anexo 1, dividida por 24 (vinte e quatro) horas.

12.5.2 A Vazão Mínima Instantânea, expressa em m^3/h (Metro Cúbico por hora), em cada Ponto de Entrega, será igual a $1/24$ (um vinte e quatro avos) da Vazão Mínima.

12.6 Caso sejam necessárias alterações nas Condições de Entrega descritas na tabela do Anexo 1, oriundas comprovadamente de riscos operacionais do sistema, de determinação de órgãos ambientais ou de órgãos reguladores, as Parte(s) deverão imediatamente renegociar as Condições de Entrega. As Condições De Entrega somente poderão ser alteradas por meio de aditivo ao presente Contrato.

12.7 Caso a Vendedora constate efetivo risco à segurança operacional do Sistema de Transporte, emitirá Notificação à Compradora informando tal fato e os seus impactos no suprimento de Gás, e providenciará, junto à empresa transportadora correspondente, a implementação de ações corretivas com o objetivo de estabilizar o Sistema de Transporte, até que as Condições de Entrega sejam alteradas por meio de aditivo.

12.8 Na medida em que a Vendedora, em qualquer Dia, entender que poderá não entregar as quantidades de Gás programadas para seus clientes, devido a retiradas, nos Pontos de Entrega, acima dos limites de Vazão Máxima Instantânea, a Vendedora terá, a seu exclusivo critério, o direito de: (a) instalar dispositivo de limitação de vazão de modo a garantir a Vazão Máxima Instantânea nos Pontos de Entrega onde há o descumprimento desse limite; (b) reduzir a entrega de Gás; e (c) cobrar o valor dos desembolsos incorridos em função de retiradas de gás pela compradora acima dos limites de vazão máxima instantânea, desde que devidamente comprovados.



12.9 Nas hipóteses em que as retiradas de Gás da Compradora impliquem em vazões diferentes do intervalo compreendido entre a Vazão Mínima Instantânea a Vazão Máxima Instantânea, a Compradora será responsável por essa não-conformidade e pelos eventuais danos diretos na Estação de Entrega, excluindo-se os danos indiretos e lucros cessantes, comprovadamente causados à Vendedora e/ou à transportadora por ela contratada.

12.10 Caso sejam necessárias alterações nas Condições de Entrega descritas na tabela do Anexo 1, oriundas comprovadamente de riscos operacionais do sistema, de determinação de órgãos ambientais ou de órgãos reguladores, as Partes deverão imediatamente renegociar as condições de entrega através de aditivo contratual.

CLÁUSULA 13ª. MEDIÇÃO

13.1 As Partes concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades – SI, exceto onde indicado.

13.2 A Quantidade Medida (QM) e a Quantidade Diária Retirada (QDR) serão expressas com Arredondamento para número inteiro.

13.3 A unidade de medida de volume será o Metro Cúbico nas Condições Base.

13.4 Para fins de cálculo da Quantidade Medida (QM) no Sistema de Medição, a pressão atmosférica será baseada nas coordenadas geográficas dos Pontos de Entrega.

13.5 A medição do volume de Gás fornecido à Compradora será efetuada pelo Sistema de Medição da Vendedora, ou de terceiro por ela contratado, localizado a montante do Ponto de Entrega.

13.6 Para a determinação da Quantidade Diária Retirada (QDR), a Quantidade Medida (QM) será multiplicada pela divisão do Poder Calorífico Superior (PCS) médio diário do Gás no respectivo Dia no Ponto de Entrega pelo Poder Calorífico de Referência (PCR) de acordo com a seguinte fórmula:

$$QDR = QM \times fcPC$$

$$fcPC = \frac{PCS_m}{PCR}$$

Onde:

- i. “QDR” significa a Quantidade Diária Retirada;
- ii. “QM” significa a Quantidade Medida;
- iii. “fcPC” significa o fator de correção do poder calorífico do Gás, com Arredondamento na quarta casa decimal;
- iv. “PCS_m” significa o Poder Calorífico Superior médio do referido Dia, arredondado até o primeiro algarismo inteiro;
- v. “PCR” significa o Poder Calorífico de Referência.

13.7 Qualquer controvérsia relacionada a esta Cláusula será resolvida conforme Cláusula 25.

13.8 As Partes desde já acordam que, em caso de mudança nas regras de medição e alocação do Sistema de Transporte, ajustarão esta Cláusula 13ª por meio de aditivo ao Contrato.

CLÁUSULA 14ª. QUALIDADE DO GÁS



14.1 O Gás a ser entregue pela Vendedora à Compradora, no Ponto de Entrega, deverá atender aos requisitos estabelecidos na Resolução ANP N° 16 de 17/06/2008, e em suas revisões ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

14.2 Sempre que a Vendedora tiver ciência da possibilidade de o Gás vir a ser fornecido no Ponto de Entrega em desconformidade, parcial ou total, com as especificações estipuladas no item 14.1, as seguintes regras serão aplicadas:

- a. a Vendedora deverá enviar Notificação à Compradora, imediatamente após identificada a não conformidade do Gás em relação a qualquer das especificações mencionadas nesta Cláusula, informando a desconformidade esperada no Gás e indicando quais seriam os prováveis: i) itens desconformes; ii) desvios de qualidade; iii) período em que o Gás estará desconforme; e iv) Pontos de Entrega afetados;
- b. após o recebimento da Notificação de que trata o item 14.2 (a), a Compradora deverá notificar, tão prontamente quanto possível, se aceita ou não receber Gás fora de especificação. Caso a Compradora se manifeste pelo não recebimento do Gás fora de especificação, a Quantidade de Gás programada será reduzida a zero durante o período em que perdurar a desconformidade, sendo responsabilidade da Compradora a interrupção da retirada de Gás no Ponto de Entrega;
- c. caso a Compradora opte por receber o Gás fora de especificação, esta deverá notificar à Vendedora qual a quantidade de Gás fora de especificação que deseja receber. Essa quantidade de Gás será considerada como a nova Quantidade Diária Programada (QDP). Caso a Compradora não se manifeste no prazo máximo de 3 (três) horas contadas do horário de recebimento da Notificação de que trata o item 14.2(a), será considerado como opção da Compradora de receber o Gás fora de especificação. Nestes casos, a Compradora fará jus a um desconto proporcional de 5% (cinco por cento) sobre a Parcela da Molécula exceto no caso de a desconformidade do Gás tratar-se da presença de partículas líquidas ou sólidas, casos em que deverá ser observado o disposto no item 14.5.
- d. caso a Compradora decida não receber o Gás fora de especificação e, de fato, não retire o referido Gás, estará caracterizada a Falha no Fornecimento, tomando-se por base a Quantidade Faltante e o período em que perdurar a desconformidade do Gás, ficando a Vendedora sujeita, única e exclusivamente, à penalidade prevista no item 16.2.1;
- e. caso a Compradora tenha informado que rejeitaria o Gás fora de especificação, mas, a despeito disto, o Gás tenha sido retirado no Ponto de Entrega, a Compradora fará jus aos descontos no Preço do Gás indicado no item 14.2 (c) durante o período em que perdurar a desconformidade e estará descaracterizada a Falha no Fornecimento para a quantidade de Gás efetivamente retirada, ficando a Vendedora isenta de quaisquer penalidades pela desconformidade informada e de quaisquer responsabilidades por perdas e danos causados aos equipamentos e instalações da Compradora e/ou de terceiros, bem como de quaisquer responsabilidades decorrentes do uso do Gás fora das especificações. A Compradora permanecerá obrigada a pagar pelas Quantidades Diárias Retiradas (QDR) e pelas penalidades previstas no item 16.1, caso aplicáveis.

14.3 Caso a Vendedora entregue Gás fora de especificação, sem envio da Notificação prevista no item 14.2 (a), ficará a Vendedora sujeita à penalidade prevista no item 16.2.2, sobre toda a quantidade de Gás em desconformidade, desde o momento em que passou a ser fornecido Gás desconforme nos Pontos de Entrega, até o momento do registro de manifestação por parte da Compradora ou da Vendedora, por meio de Notificação, exceto nos casos da desconformidade do Gás tratar-se da presença de partículas líquidas ou sólidas, quando deverá ser observado o disposto no item 14.5, para fins de esclarecimento a Compradora deverá enviar notificação à Vendedora, imediatamente após identificada a possível suspeita de não conformidade do Gás.



14.4 A quantidade de Gás desconforme, para fins do item 14.2 (c), será aquela que tenha sido retirada pela Compradora entre a primeira análise em que se identificou a desconformidade até a primeira análise em que se identificou a volta à conformidade.

14.5 A determinação da Qualidade do Gás será efetuada pela Vendedora através de instrumentos adequados para esta finalidade.

14.5.1 A determinação do Poder Calorífico Superior (PCS) nas Condições Base, será efetuada por cálculo, conforme a norma ISO 6976:2016, ou a que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

14.5.2 A Vendedora deverá encaminhar à Compradora cópia do Boletim de Conformidade, conforme artigo 6º da Resolução ANP N° 16 de 17/06/2008, associado pelo transportador a cada Ponto de Entrega, comprovando a Qualidade do Gás entregue.

CLÁUSULA 15ª. PARADAS PROGRAMADAS

15.1 As Paradas Programadas correspondem a situações transitórias que resultem em redução, total ou parcial, no fornecimento ou no recebimento de Gás, para fins de reparo e manutenção técnica ou legalmente recomendada em equipamentos vinculados ao fornecimento de Gás.

15.1.1 Para fins de Paradas Programadas, serão considerados como equipamentos vinculados ao fornecimento de Gás: as unidades de produção, as plantas de processamento, terminais de regaseificação de GNL, as malhas de gasodutos de transporte e demais equipamentos como compressores, válvulas e outros que compreendam a instalação física das áreas de produção, processamento, transporte e entrega (seja de propriedade da Vendedora, seus contratados ou terceiros).

15.2 As Partes têm direito a efetuar as Paradas Programadas de acordo com as seguintes regras:

- a. A Parte, quando desejar efetuar uma Parada Programada, deverá enviar uma Notificação à outra Parte, com pelo menos 60 (sessenta) Dias de antecedência, informando a data de início de uma Parada Programada e o Ponto De Entrega que será afetado, bem como sua duração prevista e volume de redução.
- b. No caso de uma Parada Programada que interrompa totalmente a entrega de Gás pela Vendedora, o número total de dias de Paradas Programadas não poderá exceder (i) 3 (três) Dias por Ano e (ii) 24 (vinte e quatro) horas consecutivas.
- c. No caso de uma Parada Programada que interrompa parcialmente a entrega de Gás pela Vendedora, o volume reduzido deve ser limitado a no máximo 40% (quarenta por cento) da média anual das Quantidades Diárias Retiradas, sendo que o número total de dias de Paradas Programadas não poderá exceder 30 (trinta) Dias por Ano.

15.2.1 A quantidade de Gás que não possa ser entregue pela Vendedora durante uma Parada Programada será abatida dos compromissos de entrega da Vendedora e dos compromissos de recebimento da Compradora.

15.2.2 Desde que justificado por razões técnicas, a realização de uma Parada Programada poderá, mediante Notificação da Vendedora, (i) ser cancelada a qualquer tempo ou (ii) ter sua data alterada com no mínimo 10 (dez) Dias de antecedência da data de início da Parada Programada, desde que esta nova data postergue no máximo em até 30 (trinta) Dias a data originalmente notificada.



15.3 A Vendedora poderá solicitar com pelo menos 60 (sessenta) Dias de antecedência, a realização de uma Parada Programada (i) em percentual superior e/ou (ii) por prazos superiores àqueles estabelecidos nas alíneas (b) e (c) do item 15.2.

15.4 A Vendedora deverá informar a data de início da Parada Programada, a duração prevista e o motivo técnico de ser necessária a realização da Parada Programada na data informada, independente de limites percentuais ou períodos preestabelecidos. A Compradora não poderá recusar a programação da Parada Programada sem uma justificativa técnica.

15.5 As Partes acordam que, excepcionalmente ao disposto nos itens anteriores nesta Cláusula, a Vendedora realizará uma Parada Programada com interrupção parcial entre os dias 03 de março de 2024 até 01 de abril de 2024, em que o volume disponibilizado será reduzido em 40% da Quantidade Diária Contratual (QDC).

CLÁUSULA 16ª. PENALIDADES

16.1 A Compradora compromete-se a adquirir e retirar diariamente a Quantidade Diária Programada (QDP) para o correspondente Dia, sujeitando-se, em caso de não cumprimento, às penalidades estipuladas nos itens 16.1.1 e 16.1.2.

16.1.1 **Penalidade por retirada menor que a Quantidade Diária Programada (QDP).** Caso, em determinado Dia, por Ponto de Entrega, a Quantidade Diária Retirada (QDR) seja inferior a 95% (noventa e cinco por cento) da Quantidade Diária Programada (QDP) para o correspondente Ponto de Entrega, a Compradora pagará, além do faturamento normal, uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{RMENOR(Dia)} = \sum_k (0,95 \times QDP - QDR) \times (30\% \times PG)$$

Onde:

- i. " $P_{RMENOR(Dia)}$ " significa o valor da penalidade diária por retirada a menor que a programada, caso positiva;
- ii. " QDP " significa a Quantidade Diária Programada por Ponto de Entrega;
- iii. " QDR " significa a Quantidade Diária Retirada por Ponto de Entrega;
- iv. " PG " significa o Preço do Gás vigente no Dia.

16.1.2 **Penalidade por retirada maior que a Quantidade Diária Programada (QDP).** Caso em determinado Dia, por Ponto de Entrega, a Quantidade Diária Retirada (QDR) seja superior a 105% (cento e cinco por cento) da Quantidade Diária Programada (QDP), a Compradora pagará, além do faturamento normal, uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{RMAIOR(Dia)} = \sum_k (QDR - 1,05 \times QDP) \times (30\% \times PG)$$

Onde:

- i. " $P_{RMAIOR(Dia)}$ " significa o valor da penalidade diária por retirada a maior que a programada, caso positiva;
- ii. " QDR " significa a Quantidade Diária Retirada por Ponto de Entrega;



iii. "QDP" significa a Quantidade Diária Programada Firme por Ponto de Entrega;

iv. "PG" significa o Preço do Gás vigente no Dia.

16.2 As penalidades estabelecidas nos itens 16.1.1 e 16.1.2 são as únicas indenizações aplicáveis em caso de retirada a menor ou a maior neste Contrato. Nenhuma outra indenização será devida pela Compradora, mesmo que as perdas e danos incorridos pela Vendedora tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

16.3 O pagamento das penalidades a que se referem os itens 16.1.1 e 16.1.2 não gerarão qualquer crédito para a Compradora.

16.4 As Partes reconhecem que as eventuais retiradas de Gás, pela Compradora, acima da Quantidade Diária Contratual (QDC), não constituem direito da Compradora em retirar volumes de Gás acima do estipulado neste Contrato.

16.5 A Vendedora compromete-se a disponibilizar para a Compradora, por Ponto de Entrega, a Quantidade Diária Programada (QDP), excetuadas as situações de Caso Fortuito ou Força Maior e de Paradas Programadas.

16.5.1 Falha de Fornecimento: significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado Dia, de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) falta de disponibilidade de Gás, em relação à QDP, conforme o disposto no item 16.5;
- (b) desconformidade em relação à Qualidade do Gás, prevista na Cláusula 14 (Qualidade do Gás), conforme estipulado no item 14.2 (d);

16.5.2 Não se configurará Falha no Fornecimento no caso de:

- (a) ser o fato atribuído a Caso Fortuito ou Força Maior;
- (b) ter a Compradora sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (c) ter a Compradora retirado o Gás em desconformidade na forma dos itens 14.2 (c) ou 14.2 (e);
- (d) situações de Paradas Programadas.

16.5.1 Em qualquer Dia, em determinado Ponto de Entrega, como consequência de Falha no Fornecimento, a Quantidade Faltante (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = QDP_j - QDD_j - QN_{PPj} - QN_{FMj}$$

Onde:

- i. "QF_j" significa a Quantidade Faltante de Gás no Dia "j", por Ponto de Entrega, sendo zero se o cálculo for negativo;
- ii. "QDP_j" significa o somatório das Quantidades Diárias Programadas (QDP) para o Dia "j" por Ponto de Entrega, observado a Cláusula 10ª;
- iii. "QDD_j" significa o somatório das Quantidades Diárias Disponibilizadas (QDD) no Dia "j" por Ponto de Entrega, observado a Cláusula 10ª;
- iv. "QN_{PPj}" significa a soma das quantidades de Gás não disponibilizadas em função de Paradas Programadas da Vendedora para o Dia "j";



- v. “ QN_{FMj} ” significa o somatório das quantidades de Gás não disponibilizadas decorrente de Caso Fortuito ou Força Maior para o Dia “j”.

16.6 Em casos de Falha de Fornecimento, a Vendedora obriga-se a pagar para a Compradora o previsto no item 16.6.1.

16.6.1 **Penalidade por Falha no Fornecimento.** No caso de Falha no Fornecimento diária, em determinado Dia, por Ponto de Entrega, a Vendedora pagará à Compradora uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{FF(Dia)} = QF \times 30\% \times PM$$

Onde:

- i. “ $P_{FF(Dia)}$ ” significa o valor da penalidade diária por Falha no Fornecimento, caso positiva;
- ii. “ QF ” significa a Quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Falha no Fornecimento alocada conforme item 16.5.1, para o Dia por Ponto de Entrega;
- iii. “ PM ” significa a Parcela da Molécula vigente no Dia.

16.6.2 **Penalidade por entrega de Gás fora de especificação sem envio de Notificação.** No caso de entrega de Gás fora de especificação pela Vendedora, em determinado Dia, por Ponto de Entrega, sem envio de Notificação, conforme previsto no item 14.3, a Vendedora pagará à Compradora uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{GDF} = QGD \times 10\% \times PM$$

Onde:

- i. “ P_{GD} ” significa o valor da penalidade diária de entrega de Gás fora da especificação sem envio de Notificação pela Vendedora;
- ii. “ QGD ” significa a quantidade de Gás entregue pela Vendedora fora de especificação sem envio de Notificação no Dia;
- iii. “ PM ” significa a Parcela da Molécula vigente no Dia.

16.7 As penalidades estabelecidas nos itens 16.6.1 e 16.6.2 são as únicas indenizações aplicáveis à Vendedora em caso de Falha de Fornecimento e Gás fora de especificação sem envio de Notificação, respectivamente, neste Contrato. Nenhuma outra indenização será devida pela Vendedora, mesmo que as perdas e danos incorridos pela Compradora tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

CLÁUSULA 17ª. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

17.1 Cada uma das Partes expressamente declara e garante à outra o que segue:

17.1.1 até a entrada em eficácia deste Contrato, deterá todas as autorizações legais, governamentais, tributárias e regulatórias necessárias para celebrar este Contrato e para assumir e cumprir com as obrigações dele decorrentes;

17.1.2 obteve todas as autorizações societárias necessárias à celebração e assunção e cumprimento de suas obrigações nos termos deste Contrato;



17.1.3 a celebração deste Contrato não viola quaisquer contratos de que seja parte, obrigações, decisões administrativas e judiciais que lhe sejam oponíveis ou a que esteja sujeita;

17.1.4 as obrigações assumidas neste Contrato são legais, válidas e exequíveis, de acordo com os respectivos termos e condições;

17.1.5 todas as informações fornecidas pela Compradora ou pela Vendedora são completas e exatas, sejam elas informações escritas, relatórios, correspondências, notificações e quaisquer outros instrumentos, escritos ou eletrônicos;

17.1.6 até a presente data todos os atos e negócios relacionados ao presente Contrato observaram os preceitos e cumpriram as disposições das leis relacionadas à ética nos negócios e política anticorrupção em vigor no Brasil, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº. 12.846/13;

17.1.7 manterão válidas, quando cabível, todas as declarações listadas nas Cláusulas acima durante todo o Prazo de Vigência.

17.2 Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato, cada uma das Partes se obriga perante a outra a informar, por escrito, num prazo máximo de até 02 (dois) Dias Úteis contados da data do conhecimento do evento, à outra Parte sobre quaisquer eventos, de qualquer natureza, que possa representar uma ameaça ao cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas neste Contrato.

CLÁUSULA 18ª. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

18.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas ao longo do presente Contrato, as Partes obrigam-se a:

18.1.1 observar e cumprir rigorosamente toda a Legislação Aplicável aos seus negócios sociais e/ou às atividades a serem desempenhadas nos termos do presente Contrato, especialmente aquelas, de natureza geral ou particular, oriundas da ANP ou de qualquer outro agente ou órgão regulador/fiscalizador do mercado de gás natural com competência sobre a matéria;

18.1.2 obter e manter válidas e vigentes, durante todo o Prazo de Vigência, todas as licenças e autorizações atinentes aos seus negócios sociais e/ou ao cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato.

CLÁUSULA 19ª. EVENTOS DE INADIMPLEMENTO

19.1 Não obstante o caráter irrevogável e irretratável deste Contrato, este poderá ser rescindido de pleno direito, pela Parte adimplente, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (Evento de Inadimplemento):

19.1.1 insolvência, falência, pedido de aut falência ou pedido recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial ou intervenção de qualquer autoridade;

19.1.2 o não pagamento por qualquer das Partes, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor correspondente a qualquer Documento de Cobrança que lhe seja apresentado pela outra Parte;

19.1.3 se a Vendedora incorrer em Penalidade por Falha no Fornecimento cuja Quantidade Faltante dentro de um mesmo Mês de fornecimento ultrapasse 17 (dezessete) vezes a QDC do Mês em questão ou 100 (cem) Dias alternados, sendo certo que um Dia alternado só poderá ser contabilizado se a Quantidade Faltante nesse dia superar no mínimo 10% (dez por cento) da QDC em vigor;



19.1.4 se a Compradora incorrer em Penalidade por retirada menor que a Quantidade Diária Programada (QDP), cuja Quantidade de Gás sobre a qual incide a Penalidade, dentro de um mesmo Mês de fornecimento, ultrapasse 17 (dezessete) vezes a QDC do Mês em questão ou 100 (cem) Dias alternados, sendo certo que um Dia alternado só poderá ser contabilizado se a Quantidade de Gás sobre a qual incide a penalidade nesse dia superar no mínimo 10% (dez por cento) da QDC em vigor;

19.1.5 se a Compradora retirar uma Quantidade de Gás (QDR) acima da Quantidade Diária Programada (QDP), dentro de um mesmo Mês de fornecimento, que ultrapasse 17 (dezessete) vezes a QDP média do Mês em questão ou 100 (cem) dias alternados, sendo certo que um dia alternado só poderá ser contabilizado se a Quantidade de Gás retirada (QDR) superar em pelo menos 10% (dez por cento) a QDP;

19.1.6 caso a outra Parte venha a ter revogada qualquer autorização legal, governamental, tributária ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas no presente Contrato, bem como se as declarações e garantias elencadas na Cláusula 17ª sejam inverídicas ou contenham informações incorretas quando da celebração deste Contrato ou não mais correspondam à realidade durante o Prazo de Vigência;

19.1.7 caso a Compradora deixe de apresentar, na data e condições previstas na Cláusula 9ª deste Contrato, a Garantia;

19.1.8 caso a Garantia apresentada pela Compradora se torne inexecutável por razões imputáveis ou não à ação ou omissão da Compradora, e esta, notificada a substituí-la por outra garantia, não o faça conforme estabelecido na Cláusula 9;

19.1.9 se a Parte incorrer em mora/inadimplemento, não sanado nos respectivos prazos de cura aplicáveis previsto, ou ainda vencimento antecipado, de qualquer outra obrigação assumida perante a outra Parte (não consideradas outras empresas do mesmo Grupo Econômico) em outros contratos de compra e venda de Gás, ressalvada a aplicação das penalidades e responsabilidade previstas no contrato, e salvo se a Parte adimplente notificar a outra Parte quanto à sua intenção de rescisão contratual, no prazo de 30 (trinta) dias contados do conhecimento do fato;

19.1.10 cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste Contrato, em desacordo com a Cláusula 26.1 ou caso haja cisão, fusão, incorporação, transformação, Mudança de Controle ou qualquer tipo de reorganização societária da Compradora, sem a aprovação da Vendedora;

19.1.11 qualquer violação da Cláusula 24 deste Contrato, observados os prazos de cura na Cláusula 24.3.

19.2 Exceto pela hipótese prevista na Cláusula 19.1.1, que resultará a rescisão direta e imediata independente de qualquer aviso ou Notificação, a ocorrência das demais hipóteses previstas na Cláusula 19.1, não sanadas no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento, pela Parte inadimplente, de Notificação enviada pela Parte adimplente instando-a a adimplir a obrigação, facultará à Parte adimplente considerar imediatamente rescindido este Contrato, tornando-se exigível as obrigações decorrentes da rescisão do instrumento, inclusive com a exigibilidade da Garantia constituída.

19.2.1 Uma vez sanado qualquer Evento de Inadimplemento notificado conforme item 19.2, as obrigações das Partes no Contrato serão restabelecidas e as Partes não mais terão o direito de resolver o Contrato com base em tal inadimplemento.



19.3 Ocorrendo a rescisão deste Contrato, a Parte inadimplente obriga-se a manter a Parte adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste Contrato, inclusive perante a terceiros, responsabilizando-se também pelo pagamento das penalidades previstas na Cláusula 20 abaixo.

19.4 Em caso de Evento de Inadimplemento pela Compradora e até que referido evento não seja totalmente sanado, a Vendedora estará desobrigada de atender a qualquer compromisso de efetuar a entrega do Gás estabelecido neste Contrato. Eventual tolerância pela Vendedora em retomar a entrega de Gás não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

CLÁUSULA 20ª. RESOLUÇÃO E INDENIZAÇÃO

20.1 Em caso de descumprimento de qualquer obrigação neste Contrato ou em qualquer outro instrumento de compra e venda de Gás entre as Partes (não considerando empresas do mesmo grupo econômico estranhas a este Contrato), que dê causa a resolução, conforme Cláusula 19ª (sendo excepcionada a situação elencada no item 19.1.9, na qual uma das Partes terá o direito de rescindir o Contrato mas a outra Parte não incorrerá em qualquer penalidade, multa ou ônus) não sanados dentro do período de cura, a Parte adimplente, a seu exclusivo critério e mediante Notificação escrita, terá o direito de imediatamente suspender o fornecimento ou o pagamento do Gás e/ou rescindir o presente Contrato assim como todos os outros instrumentos de compra e venda de Gás entre as Partes, caso em que a Parte inadimplente estará obrigada a pagar para a Parte adimplente no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis do recebimento da Notificação, devendo a Parte adimplente indicar a conta bancária para depósito do Valor de Indenização da Resolução (VIR) do instrumento que deu causa a rescisão, conforme cálculo abaixo:

$$VIR = QDC \times DF \times PG$$

Onde:

- i. “VIR” significa o Valor de Indenização da Resolução antecipada do Contrato a ser pago pela Parte inadimplente à Parte Adimplente;
- ii. “QDC” significa a Quantidade Diária Contratual (QDC) vigente neste Contrato;
- iii. “DF” significa os dias faltantes para o término do prazo contratual;
- iv. “PG” significa o Preço de Gás (PG) vigente na data de resolução do Contrato;

20.1.1 Acordam as Partes que o valor estipulado no item 20.1 representa a totalidade de indenização exigível da Parte inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente, exceto as obrigações que sobrevivem ao término do Contrato, conforme item 3.2.

20.1.2 Na hipótese de rescisão imotivada do Contrato, a Parte que efetuar a resolução, mediante Notificação que deve ser enviada com antecedência de 90 (noventa) Dias, se sujeitará ao pagamento de um valor equivalente a 02 (duas) vezes a soma da VIR acrescido do valor devido na rescisão do contrato de transporte para atendimento deste Contrato.

20.2 A Parte adimplente emitirá um Documento de Cobrança à Parte inadimplente correspondente ao Valor de Indenização da Resolução (VIR), detalhando o seu cálculo. O Documento de Cobrança deverá ser pago em até 05 (cinco) Dias Úteis após a data de sua emissão.

20.3 O Contrato poderá ser resolvido por qualquer das Partes, mediante envio de Notificação por escrito à outra Parte, sem responsabilidade alguma de qualquer Parte perante a outra Parte, nas seguintes ocorrências:



- a. por mútuo acordo das Partes;
- b. pela impossibilidade de fornecimento e/ou retirada, conforme o caso, no mínimo 30% (trinta por cento) da Quantidade Diária Contratual (QDC) em razão de Caso Fortuito ou Força Maior, por um período continuado maior de 180 (cento e oitenta) Dias;
- c. pela impossibilidade de sobrevida do Contrato, em função de determinação legal.

20.4 A resolução do Contrato, nos termos previstos nesta cláusula e, conforme o caso, mediante o pagamento da quantia prevista no item 20.1, não eximirá as Partes do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra Parte até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste Contrato sobre incidências tributárias e solução de controvérsias e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

20.5 Ocorrendo a rescisão deste Contrato, a Parte inadimplente obriga-se a manter a Parte adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste Contrato, exceto quanto àquelas obrigações já incorridas até a data do evento de inadimplência pela Parte inadimplente, bem como àquelas que perdurarão após o encerramento do Contrato.

20.6 Caso, em relação ao pagamento da multa ou das perdas e danos retro referidas, existam montantes incontroversos e montantes em relação aos quais a Parte inadimplente tenha questionado a respectiva certeza e liquidez, a Parte inadimplente, independentemente do questionamento apresentado por escrito à Parte adimplente, deverá, na respectiva data de vencimento, efetuar o pagamento integral do valor correspondente à multa e/ou perdas e danos cabíveis, sem qualquer direito à retenção.

20.6.1 Caso a questão relativa à parcela contestada seja dirimida num prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, a Parte adimplente, concordando que o valor cobrado contestado foi indevido, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que ocorrer a composição pelas Partes, efetuar o depósito do valor cobrado indevidamente, em conta corrente indicada pela Parte inadimplente, corrigido pela variação acumulada do IGP-M da data do pagamento pela Parte inadimplente até a data de sua devolução.

20.6.2 Caso a questão não seja dirimida dentro do período acima referido, a controvérsia será submetida à Arbitragem, na forma da Cláusula 25.

20.7 Sobre o valor devido de acordo com a presente Cláusula e não pago, incidirão a correção monetária e os juros moratórios previstos na Cláusula 7.13, a partir do primeiro dia após o esgotamento do prazo estabelecido na Cláusula 20.2 acima até o efetivo pagamento dos valores devidos nos termos desta Cláusula 20.

20.8 Caso a Parte inadimplente seja a Compradora e estas não tiverem efetuado o pagamento nos termos desta Cláusula 20, a Vendedora acionará a Garantia outorgada nos termos deste Contrato, sem prejuízo da cobrança de eventuais valores remanescentes.

CLÁUSULA 21ª. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

21.1 Caracteriza-se como Caso Fortuito ou Força Maior, com estrita observância do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das Partes e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- a. que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da Parte Afetada;
- b. a Parte Afetada não concorra direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- c. a atuação da Parte Afetada, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e



- d. sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, pela Parte Afetada, de uma ou mais obrigações previstas neste Contrato.

21.1.1 A definição de Caso Fortuito ou Força Maior contempla qualquer ato, evento ou circunstância relacionada à atividade de produção, processamento, regaseificação, estoque, evacuação, transporte e/ou compra e venda de Gás abrangidos pelo escopo do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que fuja ao controle arrazado da Parte Afetada, que não poderia ter sido evitado ou superado pelo exercício da norma de um operador razoável prudente pela Parte Afetada, e que acarrete ou resulte em uma falha da Parte Afetada na execução de uma ou mais obrigações nos termos do Contrato.

21.2 Caso alguma das Partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações por motivo de Caso Fortuito ou Força Maior, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa por tempo igual ao de duração do evento, a partir da Notificação, e proporcionalmente aos seus efeitos.

21.2.1 Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de Caso Fortuito ou Força Maior enquanto perdurar a controvérsia, o evento de Caso Fortuito ou Força Maior produzirá seus efeitos sobre as obrigações do Contrato.

21.2.2 Caso a Sentença Arbitral determine que não ocorreu o Caso Fortuito ou Força Maior, ou a Parte que alegou mude seu entendimento, a Parte que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no Contrato devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de Caso Fortuito ou Força Maior.

21.3 Em nenhuma circunstância, para fins deste Contrato, configurará um evento de Caso Fortuito ou Força Maior a ocorrência de qualquer das situações abaixo que afete uma obrigação de qualquer das Partes:

21.3.1 alteração das condições econômicas e financeiras da Parte Afetada, bem como alterações das condições de mercado para a comercialização do Gás; ou

21.3.2 insolvência, liquidação, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte, suas partes relacionadas ou de terceiros; ou

21.3.3 perda de mercado da Compradora ou a impossibilidade da Compradora de utilizar ou revender, de forma econômica, o Gás; ou

21.3.4 a possibilidade que se apresentar à Vendedora ou à Compradora de, respectivamente, vender ou comprar o Gás no mercado a preços mais favoráveis do que os substanciados neste Contrato; ou

21.3.5 qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à Parte Afetada, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior; ou

21.3.6 falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da Parte Afetada que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Parte Afetada neste Contrato, exceto se comprovado que o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior; ou

21.3.7 greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da Parte Afetada.



21.4 Sem limitar a generalidade do dispositivo contido no parágrafo único do art. 393, do Código Civil, será considerado como de Caso Fortuito ou Força Maior qualquer evento fora do controle das Partes, cuja ocorrência, ou cujas consequências as Partes não pudessem prever na data de celebração deste Contrato e que torne total ou parcialmente impossível, para a Parte Afetada, o pontual e fiel cumprimento de uma ou mais obrigações decorrentes do presente Contrato, tais como:

21.4.1 quaisquer atos da natureza, tais como tempestades, inundações, deslizamentos de terra, raios, terremotos ou outros abalos sísmicos; ou

21.4.2 quaisquer eventos inesperados causados pelo homem, tais como guerras, sabotagens, bloqueios militares, revoltas, motins, embargos, repressões, comoções civis ou outros atos de inimigos públicos.

21.5 A Parte Afetada pela ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou Força Maior deverá comunicar o fato à outra Parte em um prazo máximo de até 03 (três) Dias Úteis contado da data do evento, mediante notificação por escrito contendo descrição pormenorizada do evento de Caso Fortuito ou Força Maior, com informações que indiquem a sua natureza, em que medida ele compromete o cumprimento de suas obrigações nos termos deste Contrato e a estimativa do período em que o evento de Caso Fortuito ou Força Maior a impedirá de cumprir com suas obrigações suspensas pelo referido evento.

21.6 A suspensão das obrigações em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior não terá o efeito de eximir a Parte Afetada da obrigação de efetuar o pagamento de montantes devidos relativamente ao período anterior à ocorrência do evento de Caso Fortuito ou Força Maior, ainda que sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de Caso Fortuito ou Força Maior, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas no Contrato.

21.7 A Parte Afetada pelo evento de Caso Fortuito ou Força Maior deverá tomar e demonstrar que tomou as medidas e esforços que estejam no seu alcance para superar os efeitos decorrentes da Caso Fortuito ou Força Maior que obstem o cumprimento de suas obrigações ou para mitigar a extensão desses efeitos com vistas ao cumprimento, ainda que parcial, das suas obrigações nos termos deste Contrato e, se necessário e quando possível, permitir à outra Parte, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da Parte que deseje inspecionar. A Parte Afetada não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria, e semelhante à prática adotada em situações similares.

21.8 Em caso de evento de Caso Fortuito ou Força Maior, uma Parte estará obrigada a cumprir seus compromissos caso deixe de exercer, tão logo quanto possível, Esforços Razoáveis para retificar ou mitigar a condição de Caso Fortuito ou Força Maior, a menos que não tomar quaisquer tais medidas seja, por si só, justificado por Caso Fortuito ou Força Maior. A Vendedora não será obrigada a: (i) comprar outras quantidades de Gás; ou (ii) produzir quantidades além do plano de produção correspondente de sua Afiliada; ou (iii) redistribuir as quantidades de seu portfólio, afetando outras obrigações contratuais.

21.9 Cessado o evento de Caso Fortuito ou Força Maior, a Parte que tiver sido afetada por ele deverá comunicar o fato à outra Parte no prazo de até 03 (três) Dias Úteis, mediante notificação por escrito, ficando a Parte até então impedida de cumprir as suas obrigações, obrigada a retomar imediatamente o cumprimento das obrigações na forma prevista neste Contrato.

21.10 A alegação por má fé, por qualquer das Partes, da ocorrência de qualquer dos eventos mencionados nesta Cláusula 21 com vistas ao não cumprimento de uma obrigação nos termos deste Contrato, dará direito à outra Parte de promover a rescisão do Contrato, arcando a Parte que der causa à rescisão com as penalidades previstas na Cláusula 20 deste Contrato.

21.11 As Partes reconhecem e aceitam que este Contrato poderá ser rescindido por prévia notificação escrita enviada por uma Parte à outra, na hipótese de uma Parte deixar de entregar ou retirar, conforme o caso, no mínimo 30% da QDC por um período maior do que 180 (cento e oitenta) Dias consecutivos devido a um evento de Caso Fortuito ou Força Maior, sem a incidência de qualquer penalidade.



21.12 Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula 21ª, caso o evento ou circunstância de Caso Fortuito ou Força Maior afete o Transportador na sua capacidade de prestar o serviço de transporte, a parcela do encargo de serviço de transporte e do encargo de capacidade de transporte não utilizada relativa à quantidade de gás afetada pelo Caso Fortuito ou Força Maior paga pelo carregador ao Transportador constituirá um crédito em favor do Carregador que será deduzido de futuros encargo de serviço de transporte e encargo de capacidade de transporte não utilizada, no limite do percentual de 10% (dez por cento) da Quantidade Diária Contratual (QDC) de cada mês, até que seja compensado o total do referido crédito ou até o término da vigência deste Contrato, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA 22ª. PLANO DE CONTINGÊNCIA

22.1 As responsabilidades contratuais, na eventual vigência de plano de contingência, serão regidas pela Legislação Aplicável.

22.2 Para os fins previstos no artigo 35 da Lei 14.134/2021, as Partes obrigam-se a observar compulsoriamente Plano de Contingência para o suprimento de Gás, em caso de contingência de abastecimento caracterizada nos termos do artigo 34 da Lei 14.134/2021, hipótese em que ficarão suspensos ou reduzidos os compromissos de retirada e fornecimento e respectivos encargos, previstos neste Contrato, de acordo com os impactos neste Contrato decorrentes da execução do Plano de Contingência.

CLÁUSULA 23ª. CONFIDENCIALIDADE

23.1 As Partes comprometem-se, por si, seus sócios, empregados, contratados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade e sigilo em relação ao conteúdo do presente Contrato e de qualquer tratativa entre as Partes, ainda que pré-contratual, assim como os documentos de proposta e de todas e quaisquer informações que lhe foram fornecidas pela outra Parte, de qualquer tipo e em qualquer tipo e forma (inclusive, dentre outras, escrita, verbal, visual, de áudio ou eletrônica) sob pena de rescisão antecipada do Contrato, sem prejuízo de incorrer nas sanções cíveis e penais aplicáveis.

23.2 A obrigação prevista no item 23.1 terá vigência a partir do primeiro contato entre as Partes a respeito do Contrato ora celebrado e permanecerá em vigor mesmo após à rescisão do presente Contrato por qualquer causa, pelo prazo de 03 (três) anos.

23.3 Não se aplica o dever de confidencialidade e sigilo em relação a informações divulgadas: i) sob o consentimento prévio e por escrito da outra Parte; ii) à empresas relacionadas à qualquer Parte, seus diretores, empregados, prepostos e contratados, desde que estes se comprometam com os deveres de confidencialidade e seja para estrito cumprimento dos termos deste Contrato; iii) em virtude de obrigações legais, judiciais, regulatórias e/ou administrativas; e iv) que já sejam de prévio domínio público, desde que não oriundo por violação da presente Cláusula.

23.4 As Partes deverão obter autorização por escrito da outra Parte antes de realizar qualquer comunicação externa, de qualquer natureza, que tenha relação com o presente Contrato e/ou com as relações comerciais entre as Partes, exceto para fins de cumprimento de obrigações conforme item (iii) da cláusula acima.

CLÁUSULA 24ª. OBRIGAÇÕES ANTISUBORNO, ANTICORRUPÇÃO E ANTILAVAGEM DE DINHEIRO

24.1 Cada Parte declara, garante e compromete-se que, em conexão com este Contrato e os negócios dele resultantes:

- (i) tem conhecimento e cumprirá com o disposto nas Leis Anticorrupção;



(ii) direta ou indiretamente, não realizou, ofereceu, autorizou ou aceitou, bem como não realizará, oferecerá, autorizará ou aceitará qualquer pagamento, presente, promessa ou outra vantagem, para uso ou benefício de qualquer Funcionário Público ou qualquer outra pessoa para a qual o referido pagamento, presente, promessa ou outra vantagem possa constituir um pagamento de facilitação ou que de outra forma viole as Leis Anticorrupção;

(iii) manteve e manterá políticas e procedimentos escritos adequados para cumprir as Leis Anticorrupção, bem como possuem seus próprios Códigos de Conduta, cujas disposições deverão ser observadas pelas respectivas Partes durante a vigência deste Contrato;

(iv) manteve e manterá controles internos adequados, incluindo, mas não se limitando, a realização de esforços razoáveis para assegurar que todas as transações sejam registradas e relatadas com precisão em seus livros e registros, de forma a refletir verdadeiramente as atividades a que pertencem, bem como a finalidade de cada transação, com quem foi celebrada, para quem foi realizada, assim como o objeto da transação;

(v) reterá referidos livros e registros pelo período exigido pela Legislação Aplicável ou conforme as políticas de retenção da respectiva Parte, o que for mais longo;

(vi) no caso em que uma Parte venha a ter ciência de que violou qualquer obrigação prevista nesta Cláusula, notificará imediatamente a outra Parte, respeitado o sigilo das informações na forma da Legislação Aplicável;

(vii) envidou e envidará todos os esforços razoáveis para exigir que quaisquer subcontratados, agentes ou quaisquer outros terceiros também cumpram com os requisitos previstos nesta Cláusula;

(viii) fornecerá à outra Parte todas as informações referentes aos seus proprietários/acionistas, executivos e estrutura corporativa (incluindo quaisquer alterações posteriores), o que deverá ser documentalmente comprovado, salvo se tais informações sejam de conhecimento público, para fins de suportar os requisitos dos processos contínuos da parte requisitante de cadastro de contrapartes ("*Know Your Customer – KYC*"); e

(ix) somente as Partes deste Contrato (e não suas Afiliadas ou um terceiro) deverão efetuar pagamentos à outra Parte, salvo se previamente acordado por escrito entre as Partes.

24.2 Mediante prévia notificação razoável, e respeitado o sigilo das informações na forma da Legislação Aplicável, durante a vigência deste Contrato e por 7 (sete) anos após o seu término, cada Parte terá direito, às suas expensas, de auditar os livros e registros relevantes da outra Parte relacionadas ao cumprimento deste Cláusula, devendo a outra Parte adotar todas as medidas razoáveis para viabilizar esse direito.

24.3 Sem limitação a quaisquer outros recursos disponíveis, quando uma Parte ou seus subcontratados, agentes ou outros terceiros não cumprirem qualquer disposição prevista nesta Cláusula, a outra Parte, de boa-fé, terá o direito de notificar por escrito a Parte inadimplente. Caso (i) a notificação contenha todos os detalhes razoáveis sobre o mencionado descumprimento e este não possa ser sanado ou, (ii) em sendo possível a cura da inadimplência, ainda assim a Parte inadimplente não venha a sanar o descumprimento no prazo de sessenta 60 (sessenta) dias após o recebimento da notificação de descumprimento, a Parte adimplente terá o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação escrita à Parte inadimplente comunicando a rescisão.

24.4 Nenhuma disposição deste Contrato exigirá que as Partes cumpram ou realizem qualquer uma de suas disposições, se, ao fazê-lo, a Parte descumprir as Leis Anticorrupção.



24.5 As obrigações previstas nesta Cláusula permanecerão em vigor após a rescisão ou término da vigência deste Contrato.

CLÁUSULA 25ª. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

25.1 Este Contrato e qualquer Disputa ou reivindicação dele decorrente ou relacionada a ele ou ao seu objeto ou formação, incluindo controvérsias ou reivindicações de natureza não contratual, serão regidos e interpretados exclusivamente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e interpretados em conformidade com estas, excluindo conflitos de leis e princípios de lei aplicáveis que disponham em contrário.

25.2 Resolução de Disputas:

25.2.1 Qualquer Disputa ou reivindicação que surja em decorrência ou em conexão com este Contrato ou seu objeto ou formação, incluindo quaisquer questões relacionadas a sua existência, validade, interpretação, quebra ou término, e incluindo qualquer reivindicação não-contratual, será resolvida final e exclusivamente pela Arbitragem sob as regras de Arbitragem (as “Regras”) da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

25.2.2 O Tribunal Arbitral a ser indicado de acordo com as Regras de Arbitragem consistirá de 01 (um) árbitro. No entanto, se o valor da controvérsia exceder R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) o Tribunal Arbitral consistirá de 03 (três) árbitros.

25.2.3 O local da Arbitragem será São Paulo/SP.

25.2.4 O idioma da Arbitragem será o português.

25.2.5 Nada nesta Cláusula será interpretada como impedimento a que qualquer das Partes execute a decisão arbitral ou solicite medidas provisórias conservatórias ou similares no Foro Central da Comarca da Capital São Paulo/SP na forma permitida pela Lei nº. 9.307/96. Qualquer Sentença Arbitral proferida pelo Tribunal Arbitral será escrita, final e vinculativa para as Partes, vedado o julgamento por equidade. As Partes executarão a Sentença Arbitral sem demora. O Tribunal Arbitral não concederá nem danos punitivos nem danos morais e observará o disposto na Cláusula 27 quando da fixação dos danos, caso aplicável. Todos os aspectos da Arbitragem serão considerados confidenciais.

CLÁUSULA 26ª. NOTIFICAÇÕES

26.1 Qualquer aviso ou outra comunicação de uma Parte à outra a respeito deste Contrato, será feito por escrito e poderá ser entregue pessoalmente ou enviado por correio, fax ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova do seu recebimento, devendo ser encaminhado para os endereços constantes no preâmbulo deste Contrato aos cuidados de:

Para a VENDEDORA:

Avenida República do Chile, 330, 20º andar, sala 2001, Bloco 2, Centro, Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20031-170

Comercial: GXTRSEBGasOrigination@shell.com

Contratos: GXTRSEBContracts@shell.com

Programação: GXSENABRAZILCOMMERCIALOPERATIONS@shell.com

Medição e Qualidade: GXTRSEBGasBackOffice@shell.com

Financeiro: GXTRSEBGasBackOffice@shell.com

Para a COMPRADORA:

Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar – Belo Horizonte/MG

CEP: 30.19-924

Comercial (Gerência de Regulação e Aquisição de Gás): compradegas@gasmig.com.br



Contratos (Gerência de Regulação e Aquisição de Gás): compradegas@gasmig.com.br
Operação: gasmig-cos@gasmig.com.br
Medição: medfat@gasmig.com.br
Qualidade: gasmig-qualidade@gasmig.com.br
Financeiro: financeiro@gasmig.com.br

26.2 Qualquer uma das Partes terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante Notificação transmitida à outra.

26.3 Qualquer Notificação será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no Contrato de forma diversa.

CLÁUSULA 27ª. LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

27.1 A responsabilidade das Partes, nos termos do Contrato será limitada aos danos diretos sofridos por uma das Partes, não respondendo, portanto, por quaisquer danos indiretos, lucros cessantes, efetivos ou potenciais, perda de uma chance, perdas causadas por interrupção de negócios, reputação, dentre outros, ainda que em virtude de inadimplemento contratual ocasionado pela outra Parte e que fosse possível prevê-los de qualquer forma.

27.2 Não obstante o previsto na cláusula anterior, caso por negligência da outra Parte, a Parte seja obrigada a arcar com qualquer outro custo não previsto, a outra Parte deverá indenizar a primeira Parte.

27.3 As responsabilidades das Partes referentes a violação desse Contrato ou por negligência não excederá um valor igual ao Valor Total do Contrato estabelecido no Anexo 1.

27.4 A responsabilidade das Partes não será limitada pelo valor da cláusula anterior por responsabilidades decorrentes das obrigações abaixo e esses valores não serão descontados na avaliação se a limitação prevista na cláusula anterior for atingida:

- a. Responsabilidades das Partes no pagamento de Tributos, incluindo, se aplicável, qualquer obrigação de indenizar a outra Parte por esses Tributos;
- b. Valores a pagar devido a penalidades previstos na Cláusula 16ª (Penalidades);
- c. Valores a pagar pela rescisão prevista na Cláusula 20ª (Resolução e Indenização); e
- d. Leis aplicáveis e violação das Cláusulas 24ª (Obrigações Antissuborno, Anticorrupção e Antilavagem de Dinheiro) e 29.8 (Privacidade de Dados).

CLÁUSULA 28ª. OPÇÃO DA VENDEDORA DE FORNECIMENTO ATRAVÉS DE ORIGEM DE SUPRIMENTO ALTERNATIVA

28.1 Com o fim de viabilizar a confiabilidade e a segurança no efetivo fornecimento de Gás pela Vendedora à Compradora, as Partes desde já acordam que, durante a vigência deste Contrato, a Vendedora possuirá, a seu exclusivo critério, a opção de alterar parcialmente, ou na totalidade do suprimento, a origem do Gás fornecido à Compradora, isto é, uma parcela do suprimento poderá ser proveniente da Origem de Suprimento Base, e outra parcela poderá ser proveniente de uma Origem de Suprimento Alternativa.

28.2 Para fins do faturamento regular do Gás, previsto no item 7.2, e faturamento do Gás relativo à opção da Vendedora, a Vendedora deverá segregar os volumes de cada origem.



28.3 Em razão da opção da Vendedora de fornecimento através de mais de uma origem de suprimento, conforme esta Cláusula 28, as Partes concordam que, no caso de exercício da opção pela Vendedora, poderão ser apresentados Documentos De Cobrança separados, referentes a cada origem de suprimento naquele determinado Mês, e os Documentos De Cobrança poderão ser emitidos por qualquer filial da Vendedora.

28.4 Fica desde já acertado que independente da origem de suprimento de Gás, o Preço do Gás (PG), bem como os Preços de Gás de Ultrapassagem (PGU1 e PGU2), aplicado à parcela de Origem de Suprimento Alternativa será o mesmo praticado para a parcela de Origem de Suprimento Base.

CLÁUSULA 29ª. DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 É vedada a cessão parcial ou total de direitos ou obrigações derivados do Contrato sem prévio consentimento, por escrito, da outra Parte.

29.2 O Contrato não poderá ser alterado, nem haverá renúncia das suas disposições, exceto por meio de aditamento por escrito assinado pelas Partes, observando-se o disposto na Legislação Aplicável.

29.3 O término do prazo de vigência do Contrato não afetará quaisquer direitos ou obrigações anteriores a tal evento e nem obrigações ou direitos de qualquer das Partes, ainda que seu exercício ou cumprimento se dê após a sua ocorrência.

29.4 O Contrato é reconhecido pelas Partes como título executivo extrajudicial conforme disposto no artigo 784, III, do Código de Processo Civil, para efeitos da cobrança de todos os valores apurados e considerados devidos.

29.5 A tolerância de uma Parte para com a outra, relativamente ao descumprimento de obrigações aqui assumidas, não implicará novação ou renúncia a qualquer direito, constituindo mera liberalidade, não impedindo a Parte tolerante de exigir da outra, a qualquer tempo, o fiel e cabal cumprimento do Contrato.

29.6 A decretação de invalidade, ilegalidade ou inexecutibilidade de qualquer das Cláusulas ou disposições contidas no Contrato por qualquer tribunal ou outro órgão competente, não invalida as demais Cláusulas, permanecendo o Contrato em pleno vigor com relação às Cláusulas remanescentes.

29.7 Se, por qualquer motivo ou disposição contratual o presente Contrato tornar-se ou for declarado inválido, ilegal ou inexecutível, por qualquer tribunal ou outro órgão competente, as Partes negociarão de boa fé para ajustar disposições que a substituam por outra que não sejam inválidas, ilegais ou inexecutíveis e que mantenha em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das Partes.

29.8 As Partes se obrigam a atender à legislação brasileira no que se refere à proteção de dados, comprometendo-se, quando aplicável, a captar, processar (interna ou externamente), conservar e tratar os Dados Pessoais para o estrito cumprimento do presente Contrato. Deverão as Partes tomar os cuidados que tomariam para a proteção de seus próprios dados. Os referidos dados apenas serão disponibilizados ou transferidos, no todo ou em parte, a terceiros se isso decorrer de obrigação legal ou quando for necessário ao cumprimento de determinação judicial ou autoridade regulatória, ou, em processo judicial ou procedimento arbitral para a defesa dos interesses da Parte, hipóteses nas quais avisará previamente a outra Parte. Para os fins desta cláusula “Dados Pessoais” significa qualquer informação relacionada: a um indivíduo identificado ou identificável, à proteção de indivíduos e ao processamento de tais informações e exigências de segurança para a livre movimentação de tais informações.

29.9 O Contrato, incluindo suas Condições Comerciais, bem como os termos de adesão assinado pela Compradora quando do procedimento de cadastramento solicitado pela Vendedora, constituem o acordo integral entre as partes e suplanta todas as negociações, declarações ou acordos anteriores relacionados ao seu objeto, sejam verbais ou por escrito.



29.10 O Contrato vincula, em sua integralidade, os sucessores das Partes à qualquer título, em caráter irrevogável e irretroatável.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes celebram o presente instrumento, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

As Partes, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital simplificada do presente Contrato, independentemente de criptografia, bem como formalizam que além da assinatura digital simplificada, também será admitida a assinatura por meio de certificação digital à luz do ICP-Brasil. Assim, as Partes reconhecem que este Contrato e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados digitalmente ou de forma manuscrita, bem como que as assinaturas digitais apostas neste Contrato possuirão valor legal e incontestável, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do Contrato.

As Partes expressam a sua concordância com o teor integral deste Contrato, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, mediante a assinatura digital simplificada e/ou por meio de certificação digital à luz do ICP-Brasil, sendo que a data de celebração deste Contrato será a data da última assinatura eletrônica validada.

SHELL ENERGY DO BRASIL GÁS LTDA.:

Assinatura Eletrônica
26/01/2024 19:21 UTC

BRy

Rodrigo Soares

Rodrigo Marques Soares
Cargo: Diretor Presidente

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG:

Assinatura Eletrônica
26/01/2024 22:07 UTC

BRy

Gilberto Moura Valle Fo.

Gilberto Moura Valle Filho
Cargo: Diretor Presidente

Assinatura Eletrônica
26/01/2024 19:31 UTC

BRy

Rodrigo Solha Pazzini de Freitas

Nome: Rodrigo Solha Pazzini de Freitas
Cargo: Diretor Comercial

Testemunhas:

Assinatura Eletrônica
26/01/2024 18:13 UTC

BRy

Fábio Carvalho Barbosa Reis

Fábio Carvalho Barbosa Reis

Assinatura Eletrônica
26/01/2024 18:54 UTC

BRy

Agnaldo Feitosa da Silva Junior

Agnaldo Feitosa da Silva Junior
Nome: Agnaldo Feitosa da Silva Junior

Assinatura Eletrônica
26/01/2024 18:30 UTC

BRy

Angela Maria Valentino Campos

Angela Maria Valentino Campos



ANEXO 1 - CONDIÇÕES COMERCIAIS

1. Quantidade Diária Contratual, Período de Fornecimento e Início de Fornecimento

1.1 Quantidade Diária Contratual (QDC): 01/02/2024 a 31/12/2024 - 210.000 m³/dia 01/01/2025 a 31/12/2025 - 150.000 m³/dia	1.2 Período de Fornecimento: Das 00h00 de 01 de fevereiro de 2024 às 24h00 de 31 de dezembro de 2025.
1.3 Início de Fornecimento: 01/02/2024 ou a conclusão da Condição Precedente indicadas na Cláusula 2ª, o que ocorrer depois.	

2. Pontos de Entrega e Condições de Entrega

2.1 Pontos de Entrega

Ponto de Entrega	Gasoduto	Município	Latitude	Longitude
Barbacena	GASBEL	Barbacena	-21,209294	-43,701291
Betim II	GASBEL	Betim	-19,9806674	-44,10340704
Brumadinho	GASBEL	Brumadinho	-20,22690000	-44,09240000
São Brás do Suaçuí II	GASBEL	São Brás do Suaçuí	-20,61623454	-43,93216937

2.2 Condições de Entrega

Ponto de Entrega	Pressão Mínima de Fornecimento (kgf/cm²g)	Pressão Máxima de Fornecimento (kgf/cm²g)	Pressão Limite de Fornecimento (kgf/cm²g)	Vazão Mínima (mil m³/dia)	Vazão Máxima (mil m³/dia)
Barbacena	33,0	38,0	45,5	29	240
São Brás do Suaçuí II	33,0	38,0	45,5	290	2.900
Betim II	33,0	38,0	45,5	250	2.500
Brumadinho	33,0	38,0	45,5	70	700

2.3 Zona de Entrega de Transporte

Período de Fornecimento	Quantidade Diária Contratual (QDC) por Zona de Entrega	
	MG2	MG3
01/02/2024 a 31/12/2024	170.000 m³/dia	40.000 m³/dia
01/01/2025 a 31/12/2025	150.000 m³/dia	-

3. Condições Comerciais



3.1. Preços:

3.1.1 – Preço do Gás

$$PG = (PM + PT)$$

Onde:

PG – Preço do Gás, expresso em R\$/MMBtu com Arredondamento na quarta casa decimal.

PT – Parcela de Transporte, calculada conforme fórmula abaixo, expresso em R\$/MMBtu com Arredondamento na quarta casa decimal.

PM – Parcela de Molécula, calculada conforme fórmula abaixo, expressa em R\$/MMBtu com Arredondamento na quarta casa decimal.

3.1.2 – Parcela da Molécula

A Parcela de Molécula (PM), expressa em R\$/MMBtu, aplicável à QDC, será apurada mensalmente, conforme fórmula abaixo:

$$PM = 11,35\% \times Brent \times TC$$

Onde:

PM – É a Parcela de Molécula calculada conforme fórmula acima, para cada Mês de referência, expressa em R\$/MMBtu com Arredondamento na quarta casa decimal.

Brent – É a média simples mensal dos preços de liquidação publicados diariamente pela ICE (Intercontinental Exchange), em dólares dos Estados Unidos, para os contratos futuros com entrega em 60 (sessenta) dias, no Mês (M-2), a ser utilizada para faturamento do Mês (M), expressa em US\$/MMBtu.

TC – É a média mensal das taxas de câmbio de compra e venda PTAX, em R\$/US\$, publicadas diariamente pelo Banco Central do Brasil no Mês (M-2).

3.1.3 – Parcela de Transporte

A Parcela de Transporte (PT), expressa em R\$/MMBtu, aplicável à QDC, será apurada mensalmente, conforme fórmula abaixo:

$$PT = PET + PST$$

Onde:

PT – Parcela de Transporte, conforme indicado na Cláusula 6.3, expressa em R\$/MMBtu com Arredondamento na quarta casa decimal.

PET – Significa a Parcela de Entrada de Transporte, expressa em R\$/MMBtu com Arredondamento na quarta casa decimal.

PST – Significa a Parcela de Saída de Transporte da Nova Transportadora do Sudeste – NTS para Minas Gerais, que representa à tarifa de transporte de saída publicada pela NTS para cada Zona de Entrega, incluindo também as tarifas e encargos relativos ao empacotamento, movimentação e gás de uso do sistema vigentes e demais encargos vinculados à contratação de capacidade de transporte que porventura vierem a ser criados e que componham a tarifa de saída de transporte para atendimento deste Contrato, desde que aprovados pela ANP e publicados pela transportadora competente, expressa em R\$/MMBtu com Arredondamento na quarta casa decimal.

A Parcela de Entrada de Transporte (PET), que será apurada anualmente em 01 de janeiro de cada Ano, representa a tarifa total referente à contratação de capacidade de transporte de entrada para atendimento deste Contrato. A tarifa será reajustada conforme fórmula abaixo:

$$PET = PET_0 \times \left(\frac{IGPM}{IGPM_0} \right)$$

Onde:



PETo – Significa a Parcela de Entrada de Transporte, igual a R\$ 8,1631 / MMBtu, que representa a tarifa total referente à contratação de capacidade de entrada de transporte para atendimento deste Contrato

IGPM - Significa o valor definitivo do IGP-M referente ao segundo mês anterior ao mês de cálculo devidamente ajustado, se variação acumulada do IGP-M for positiva

IGPMo - Significa o valor definitivo do IGP-M referente ao mês de novembro de 2022 (segundo mês anterior a janeiro de 2023, mês base) igual a 1155,829 (mil cento e cinquenta e cinco vírgula oito dois nove)

As Partes acordam que para os efeitos da aplicação do reajuste previsto nas fórmulas acima, será considerada nula qualquer variação negativa acumulada do IGP-M.

3.1.4 – Preço do Gás de Ultrapassagem

$$PGU = 150\% \times PM + PT$$

Onde:

PGU – É o Preço do Gás de Ultrapassagem, expresso em R\$/MMBtu com Arredondamento na quarta casa decimal.

PM – É a Parcela de Molécula, calculada conforme fórmula acima, expressa em R\$/MMBtu com Arredondamento na quarta casa decimal.

PT – É a Parcela de Transporte, conforme indicado na Cláusula 6.3, expresso em R\$/MMBtu com Arredondamento na quarta casa decimal.

3.2. Valor Total do Contrato: R\$ 224.105.453,85 (*duzentos e vinte e quatro milhões e cento e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos*), na Data Base

3.3. Data Base: 05/12/2023.

3.4. Vencimento dos Documentos de Cobrança: 5 Dias Úteis após recebimento dos Documentos de Cobrança.

3.5. Faturamento dos Documentos de Cobrança: 5º Dia Útil do mês subsequente ao mês de fornecimento.

3.6. Pagamento: Depósito em Conta Corrente da Vendedora

Banco: 745 (Citibank) **Agência:** 001 **Conta:** 86276468

3.7. Garantia:

As Partes acordam que para esse Contrato está dispensada a apresentação de Garantia, observado os termos do item 9.2 e seguintes.



ANEXO 2 – GLOSSÁRIO

1. Para efeito deste Contrato, os termos a seguir, no plural ou no singular, no masculino ou no feminino, terão os significados definidos abaixo:

1.1. **“Afiliada”** significa, com relação a qualquer Parte, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta Parte; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal Parte; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal Parte. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; bem como a utilização efetiva de seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia;

1.2. **“Ano”** significa cada período que:

- a. para o primeiro Ano, começará no Dia do Início de Fornecimento e terminará no último Dia do mês de dezembro do Ano em questão;
- b. para cada Ano sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último Ano de vigência do Contrato, começará no primeiro Dia de janeiro do correspondente ano e terminará no último Dia do Mês de dezembro do mesmo ano;
- c. para o último Ano de vigência do Contrato, começará no primeiro Dia de janeiro do correspondente Ano e terminará no último Dia de vigência do Contrato;

1.3. **“ANP”** significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de Lei, venha a substituí-la no futuro;

1.4. **“Arbitragem”** significa o procedimento de resolução de Disputas descrito na Cláusula 25ª;

1.5. **“Arredondamento, Arredondado ou Arredondar”** significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- a. Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- b. Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

1.6. **“Autoridade Competente”** significa qualquer autoridade pública e/ou órgão governamental que tenha competência legal para interferir nas condições estabelecidas neste Contrato ou nas atividades das Partes;

1.7. **“Calibração”** significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas, estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis à RBC (Rede Brasileira de Calibração);

1.8. **“Caloria”** significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura de 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Celsius) à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma Caloria equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma Quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) Calorias;

1.9. **“Capacidade Não Utilizada (CNU)”** significa a quantidade de Gás calculada conforme previsto no item 5.1.1;



- 1.10. **“Caso Fortuito ou Força Maior”** significa qualquer evento que se enquadre nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, observadas as condições e situações previstas na Cláusula 21 – Caso Fortuito ou Força Maior;
- 1.11. **“Condições Base”** significam as condições de temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals);
- 1.12. **“Condições de Entrega”** significam as condições de disponibilização do Gás pela Vendedora à Compradora conforme Cláusula 12 – Condições de Entrega;
- 1.13. **“Condições de Referência”** significam as condições de temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o Poder Calorífico Superior (PCS), em base seca, para o Gás igual ao Poder Calorífico De Referência (PCR);
- 1.14. **“Condição Precedente”** significa a condição a ser satisfeita antes do Início de Fornecimento, conforme estabelecido na Cláusula 2ª;
- 1.15. **“Contrato”** significa este contrato de compra e venda de gás natural, seus eventuais anexos e aditivos acordados pelas Partes;
- 1.16. **“Dia”** significa cada dia calendário do período de vigência do Contrato, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 24:00h (vinte e quatro horas), tendo como referência GMT-3h (Greenwich Meridian Time menos três horas);
- 1.17. **“Dia Útil”** significa qualquer Dia no qual os bancos comerciais estão abertos simultaneamente nas cidades onde se localizam as sedes da Vendedora e da Compradora;
- 1.18. **“Disputa”** significa qualquer controvérsia concernente à interpretação ou à execução do Contrato que deverá ser submetida à Arbitragem;
- 1.19. **“Documento de Cobrança”** significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou Notificação emitida por uma Parte à outra para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do Contrato, pela outra Parte;
- 1.20. **“Documento de Crédito”** significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou Notificação emitida por uma Parte à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do Contrato, para a outra Parte;
- 1.21. **“Encargo de Capacidade (EC)”** significa a remuneração mínima mensal devida à Vendedora, exclusivamente pelos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do Gás disponibilizada à Compradora, na forma do item 5.1. Tal remuneração será faturada na forma do item 7.3 e subitens;
- 1.22. **“Encargos Moratórios”** significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido, conforme definido no item 7.13;
- 1.23. **“Estação de Entrega”** significa o conjunto de instalações, incluindo minimamente o Sistema de Medição, localizadas junto ao gasoduto de transporte, necessárias para disponibilizar o Gás à Compradora, no Ponto de Entrega, pela Vendedora ou por terceiro por ela contratada, nas condições estabelecidas no Contrato, cuja responsabilidade de operação e manutenção é da Vendedora, ou terceiro por ela contratado. A depender das Condições de Entrega, a Estação de Entrega poderá ou não contemplar também outros sistemas e equipamentos, tais como filtros, aquecedores e válvulas reguladoras;
- 1.24. **“Evento de Inadimplemento”** significa qualquer dos eventos definidos no item 19.1;



- 1.25. **“Esforços Razoáveis”** significam os esforços exercidos pelas Partes para cumprir uma obrigação devem ser interpretados como a Parte executora tomando as medidas razoavelmente esperadas nas circunstâncias para cumprir tal obrigação, incluindo incorrer em um nível de despesa que poderia razoável e normalmente ser esperado de um executor padrão, prudente e comparável sob as mesmas circunstâncias; desde que, no entanto, o exercício de Esforços Razoáveis não exija que a Parte executora sacrifique seus próprios interesses comerciais;
- 1.26. **“Falha de Fornecimento”** ou **“Falha no Fornecimento”** significa a situação caracterizada pela ocorrência, no Ponto de Entrega, de qualquer das seguintes hipóteses:
- a) falta de disponibilidade de Gás no Ponto de Entrega, conforme o disposto no item 16.5, desde que a Pressão de Fornecimento tenha sido inferior à Pressão Mínima de Fornecimento em qualquer dos Pontos de Entrega;
 - b) desconformidade em relação à Qualidade do Gás, conforme estipulado no item 14.2(d).
- Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará Falha no Fornecimento:
- (i) ser o fato atribuído a Caso Fortuito ou Força Maior;
 - (ii) ter a Compradora sido a parte determinante para tal ocorrência;
 - (iii) ter a Compradora retirado o Gás em desconformidade na forma do item 14.2(c) ou (e);
 - (iv) descumprimento pela Compradora das Condições de Entrega;
 - (v) situações de Paradas Programadas.
- 1.27. **“Funcionário Público”** significa qualquer funcionário ou empregado de qualquer governo, ou de qualquer agência, ministério, departamento de um governo (em qualquer nível), pessoa atuando em qualquer função pública para um governo, independentemente de qual seja a sua graduação ou cargo, público ou empregado de alguma empresa total ou parcialmente controlada pelo governo (por exemplo, uma empresa de petróleo de economia mista ou de propriedade do governo), partido político e qualquer funcionário de partido político, candidato a um cargo político, executivo ou funcionário de alguma organização internacional pública, tais como as Nações Unidas ou Banco Mundial, ou membro familiar próximo (significando um cônjuge, filho dependente ou residente no mesmo lar) de qualquer um dos supracitados;
- 1.28. **“Garantia”** significa a garantia de cumprimento contratual a ser emitida e apresentada pela Compradora, desde que previamente aprovada pela Vendedora, de forma a garantir o bom e fiel cumprimento do presente Contrato, conforme estabelecido no Anexo 1 deste Contrato e nos termos da Cláusula 9 – Garantia;
- 1.29. **“Gás ou Gás Natural”** significa o gás natural objeto do Contrato, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas Condições Base; que tenha origem nacional ou importada que, após processamento, atenda à especificação do regulamento técnico que é parte integrante da resolução ANP nº 16 de 17/06/2008;
- 1.30. **“IGP-M”** significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro índice que venha a substituí-lo. Caso o IGP-M seja extinto e não seja substituído por outro índice, as Partes acordarão um novo índice para atender ao mesmo fim;
- 1.31. **“Início de Fornecimento”** significa a data definida no Anexo 1, conforme Cláusula 3.1.1;
- 1.32. **“Legislação Aplicável”** ou **“Lei”** significa todas as disposições constitucionais, leis, medidas provisórias, decretos, licenças, autorizações, resoluções, portarias, regulamentos e outras normas aplicáveis à operação tratada neste Contrato, inclusive no que se refere às Regras e Procedimentos de Comercialização e suas respectivas alterações posteriores ou quaisquer textos que venham a substituí-los;



- 1.33. **“Leis Anticorrupção”** significa (a) a Lei dos Estados Unidos de Práticas de Anticorrupção no Exterior de 1977; (b) a Lei do Reino Unido de Anticorrupção de 2010; e (c) todas as leis e regulamentos federais, distritais, estaduais ou municipais aplicáveis que proíbam a evasão fiscal, lavagem de dinheiro ou que de qualquer outra forma disponham a respeito de procedimentos relacionados a práticas criminosas, suborno, fornecimento de gratificações ilegais, pagamentos de facilitação ou outros benefícios para qualquer funcionário do governo ou qualquer outra pessoa, incluindo as Leis Penais Brasileiras e a Lei Federal nº 12.846/2013;
- 1.34. **“Mês”** significa, para o primeiro Mês, o período que começa no Dia do Início de Fornecimento e termina às 24:00h (vinte e quatro horas) do último Dia de tal Mês. Para o último Mês, começará no primeiro Dia do Mês correspondente e terminará no último Dia de vigência do Contrato. Para os demais Meses, corresponde a cada mês calendário de vigência do Contrato, tendo início à 00:00h (zero hora) do primeiro Dia de cada Mês e terminando às 24:00h (vinte e quatro horas) do último Dia de tal Mês. Mensalmente será interpretado de modo análogo;
- 1.35. **“Metro Cúbico”** ou **“m³”** significa o volume de Gás que, nas Condições Base, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico;
- 1.36. **“Modalidade Firme”** significa a modalidade de fornecimento de Gás na qual, a Vendedora se obriga a fornecer Gás, até o limite da Quantidade Diária Contratual;
- 1.37. **“Mudança de Controle”** significa, em relação à Compradora, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, a mudança de titularidade, em um único evento ou em uma combinação de eventos, de mais de 50% (cinquenta por cento) das ações ordinárias em circulação, desconsiderando-se, para esse fim, as transferências de ações realizadas: (i) entre acionistas controladores, ou (ii) dos acionistas controladores para suas respectivas controladoras, controlada, ou sociedade sob controle comum. Também será considerado como Mudança de Controle se os eventos aqui dispostos ocorrerem na empresa atualmente controladora da Compradora;
- 1.38. **“Notificação”** significa qualquer comunicação entre as Partes feita na forma e dirigida aos endereços constituídos na Cláusula 26 – Notificações, cujo recebimento possa ser provado, pela Parte emitente, de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta, comunicação eletrônica, fac-símile ou qualquer outro meio de notificação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. Entenda-se notificar e suas flexões verbais como o ato de enviar uma Notificação;
- 1.39. **“Origem de Suprimento Base”** significa o suprimento de Gás a partir da planta de processamento de Gás do Terminal de Cabiúnas, Macaé-RJ.
- 1.40. **“Parada(s) Programada(s)”** significam as situações transitórias descritas na Cláusula 15 – Paradas Programadas;
- 1.41. **“Parcela de Molécula (PM)”** significa a parcela referente à molécula contida no Preço do Gás (PG);
- 1.42. **“Parcela de Transporte (PT)”** significa a parcela referente ao transporte contida no Preço do Gás (PG) prevista no item 6.3;
- 1.43. **“Parte(s)”** significa, no singular, a Vendedora ou a Compradora, conforme o caso; no plural, a Vendedora e a Compradora, conjuntamente, conforme definição no preâmbulo deste Contrato;
- 1.44. **“Parte Afetada”** significa a Parte que invocar a ocorrência de evento de Caso Fortuito ou Força Maior, nos termos da Cláusula 21 – Caso Fortuito ou Força Maior;
- 1.45. **“Período de Faturamento”** significam os períodos definidos no item 7.1;



- 1.46. **“Período de Fornecimento”** significa o período determinado no Anexo 1 deste Contrato, durante o qual a vendedora venderá o Gás para a Compradora, nos termos deste Contrato;
- 1.47. **“Poder Calorífico de Referência (PCR)”** significa o PCS de 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas Quilocalorias por Metro Cúbico);
- 1.48. **“Poder Calorífico Superior (PCS)”** significa a quantidade de energia liberada, na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com Arredondamento até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m³ (Quilocaloria por Metro Cúbico). Para conversão de unidades, será considerado 1 caloria igual a 4,1855 Joules;
- 1.49. **“Ponto de Entrega”** significa localidade física onde o Gás é entregue à Compradora pela Vendedora ou por terceiro autorizado pela Vendedora, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- 1.50. **“Prazo de Vigência”** significa o prazo de vigência do presente Contrato, conforme disposto na Cláusula 3 deste Contrato;
- 1.51. **“Preço do Gás”** significa o preço do Gás, em R\$/m³ (Reais por Metro Cúbico), calculado conforme Cláusula 6 – Preço do Gás;
- 1.52. **“Preço do Gás de Ultrapassagem”** ou **“PGU”** significa o preço do Gás, em R\$/MMBtu (Reais por Milhão de BTU), calculados e atualizados conforme itens 6.5 e Anexo 1;
- 1.53. **“Pressão de Fornecimento”** significa a pressão manométrica medida imediatamente a jusante do Ponto de Entrega;
- 1.54. **“Pressão Limite de Fornecimento”** significa a pressão máxima de operação admissível, conforme definido na norma NBR 12712:2002 – Projeto de Sistemas de Transmissão e Distribuição de Gás Combustível ou similar, informada pela Compradora, no seu respectivo sistema de distribuição, interligado ao Ponto de Entrega em questão, conforme definido nas Condições de Entrega;
- 1.55. **“Pressão Máxima de Fornecimento”** significa a pressão manométrica máxima de operação em cada Ponto de Entrega, conforme definido nas Condições de Entrega;
- 1.56. **“Pressão Mínima de Fornecimento”** significa a pressão manométrica mínima de operação em cada Ponto de Entrega, conforme definido nas Condições de Entrega;
- 1.57. **“Qualidade do Gás”** significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e a propriedades físico-químicas do gás especificados pela resolução ANP nº 16 de 17/06/2008;
- 1.58. **“Quantidade Diária Contratual”** ou **“QDC”** significa a quantidade de Gás máxima objeto dos compromissos de fornecimento e recebimento estabelecidos neste Contrato;
- 1.59. **“Quantidade Diária Disponibilizada”** ou **“QDD”** significa a quantidade de Gás que, no Dia, tenha sido efetivamente colocada, pela Vendedora, à disposição da Compradora, determinada por Ponto de Entrega;
- 1.60. **“Quantidade Diária Programada”** ou **“QDP”** significa a quantidade de Gás total que a Vendedora tenha programado para, no Dia, disponibilizar à Compradora, nos Pontos de Entrega, conforme Cláusula 10 – Programação e Nominação;



- 1.61. **“Quantidade Diária Retirada” ou “QDR”** significa a quantidade de Gás efetivamente retirada pela Compradora, no Dia, apurada por Ponto de Entrega;
- 1.62. **“Quantidade Diária Solicitada” ou “QDS”** significa a quantidade de Gás solicitada pela Compradora, para determinado Dia, estabelecida por Ponto de Entrega, conforme Cláusula 10 – Programação e Nominção;
- 1.63. **“Quantidade Faltante” ou “QF”** significa a quantidade de Gás calculada conforme item 10.12.
- 1.64. **“Quantidade Medida ou “QM”** significa a quantidade de Gás entregue à Compradora, pela Vendedora, no Dia, em determinado Ponto de Entrega, conforme apurada pelo respectivo Sistema de Medição e procedimento de alocação do Sistema de Transporte, expressa em Metros Cúbicos nas Condições Base;
- 1.65. **“Quantidade Não Retirada” ou “QNR”** significa a quantidade de Gás calculada conforme item 5.2.1;
- 1.66. **“Sentença Arbitral”** significa a decisão final do Tribunal Arbitral proferida em procedimento de Arbitragem;
- 1.67. **“Sistema de Medição”** significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, analisadores, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, que possibilitam a medição do Gás fornecido na Estação de Entrega;
- 1.68. **“Sistema de Transporte”** significa o conjunto de gasodutos e instalações utilizados para movimentação de gás natural e que estão sob responsabilidade de empresa autorizada a exercer a atividade de transporte de gás natural;
- 1.69. **“Take or Pay”** significa o valor do compromisso mínimo de retirada do Gás da Compradora, na forma do item 5.2. O valor do Take or Pay será faturado na forma do item 7.4;
- 1.70. **“Tribunal Arbitral”** significa o tribunal referido na Cláusula 25 – Solução de Controvérsias;
- 1.71. **“Tributos”** significam todos e quaisquer tributos, impostos e adicionais de impostos (inclusive sobre renda, renda bruta, venda, uso, propriedade, valor agregado), taxas (incluindo documental, de licença e de registro), fundos orçamentários, empréstimos compulsórios, contribuições, retenção, ou qualquer outro encargo de natureza pecuniária, juntamente com penalidade, multa e sobretaxa, instituído em Lei e/ou devido e/ou cobrado por qualquer Autoridade Competente;
- 1.72. **“Valor de Indenização da Resolução (VIR)”** significa a indenização pela resolução antecipada do Contrato, definida conforme item 20.1;
- 1.73. **“Vazão Máxima”** significa a vazão máxima de operação de cada Ponto de Entrega, conforme definido nas Condições de Entrega e Anexo 1;
- 1.74. **“Vazão Máxima Instantânea”** significa o conceito previsto no item 12.5.1, que compõe as Condições de Entrega;
- 1.75. **“Vazão Mínima”** significa a vazão mínima de operação de cada Ponto de Entrega, conforme definido nas Condições de Entrega e Anexo 1;
- 1.76. **“Vazão Mínima Instantânea”** significa o conceito previsto no item 12.5.2, que compõe as Condições de Entrega.
- 1.77. **“Zona de Entrega”** significa o conjunto de Pontos de Entrega definido abaixo:

MG 2: Barbacena; São Brás do Suaçuí II;



MG 3: Betim II; Brumadinho



ANEXO 3 – MODELO CARTA FIANÇA

MODELO CARTA FIANÇA

FAVORECIDO:

CNPJ:

ENDEREÇO:

AFIANÇADO:

CNPJ:

ENDEREÇO:

ABERTURA:

PRAZO:

VALOR LIMITE:

1. Pela presente, o **[RAZÃO SOCIAL FIADOR]**, com sede na cidade de **[XXXXXXXX]**, na Avenida/Rua **[XXXXXXXX]**, inscrito no CNPJ./ME sob o nº **[XXXXXXXX]**, por seus representantes abaixo assinados, declara-se **FIADOR** e principal pagador do **AFIANÇADO**, até o **VALOR LIMITE** acima indicado,

2. Esta **FIANÇA** vigorará pelo prazo de **[XXXXXXXX]** dias, a contar de sua formalização em **[XXXXXXXX]**, vencendo-se em **[XXXXXXXX]**.

3. Esta **FIANÇA** abrange, até o **VALOR LIMITE** acima indicado, obrigações que tenham vencimento final dentro do prazo de validade acima especificado.

4. O **FIADOR** obriga-se a liquidar as importâncias devidas, obedecido o **VALOR LIMITE** acima especificado, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento sob protocolo da respectiva requisição formalizada pelo **FAVORECIDO** através da CARTA DIRIGIDA AO **FIADOR**, na Avenida/Rua **[XXXXXXXX]**, exceto se houver expressa ordem judicial, determinando a suspensão do pagamento da dívida.

5. Respeitado o valor e prazo de vencimento da presente carta de fiança, o **VALOR LIMITE** acima será reduzido toda vez que o **FIADOR** vier a honrar a presente fiança, no valor de cada pagamento efetuado. Neste caso, o **AFIANÇADO** se obriga a entregar ao **FIADOR** o termo de exoneração parcial relativo ao valor já efetivamente honrado.

6. Caso o **FIADOR** venha a efetuar o pagamento de qualquer das obrigações aqui afiançadas, restará automaticamente sub-rogado em todos os direitos, privilégios e ações que o **FAVORECIDO** tenha em face do **AFIANÇADO**, inclusive os relacionados às demais garantias existentes, obrigando-se o **FAVORECIDO**, em tal hipótese, a fornecer ao **FIADOR** todo e qualquer documento que formalize tais direitos, privilégios e ações.



7. Fica desde já certo, ajustado e convencionado que o **FAVORECIDO** deverá comunicar por escrito ao **FIADOR** sua intenção de receber os pagamentos inadimplidos pelo **AFIANÇADO** no prazo máximo de 10 (dez) dias contado da data de vencimento desta **FIANÇA**, sob pena de decadência dos direitos do **FAVORECIDO** relativos a esta **FIANÇA**, independentemente de notificação ou da devolução da via original desta carta ou de exoneração expressa do **FIADOR** pelo **FAVORECIDO**, ficando o **FIADOR** total, plena, suficiente e automaticamente desonerado e desobrigado de toda e qualquer responsabilidade decorrente desta **FIANÇA**, nada mais podendo lhe ser pleiteado em razão da presente. A desoneração ocorrerá também pela devolução ao **FIADOR** da via original deste instrumento.

8. O **FIADOR** renuncia ao benefício de ordem previsto no artigo 827 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

9. O **FIADOR** declara, ainda, que esta Carta de Fiança foi emitida de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, do seu estatuto social e que os seus signatários estão investidos dos poderes necessários.

10. O foro Central da Comarca de São Paulo - SP, será o competente para processar e julgar as questões oriundas desta **FIANÇA**.

11. TODAS AS CORRESPONDÊNCIAS PARA O FIADOR DEVERÃO SER ENCAMINHADAS PARA A AVENIDA/RUA [XXXXXXXX].

12. A ACEITAÇÃO DA PRESENTE CARTA DE FIANÇA PELO(S) FAVORECIDO(S) IMPLICARÁ NA AUTOMÁTICA ACEITAÇÃO DE SEUS TERMOS E CONDIÇÕES.

A presente Carta de Fiança nº [XXXXXXXX] foi emitida em uma única via original, com uma cópia.

SÃO PAULO,
